

**GRUPO DE TRABALHO  
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS  
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

18 de dezembro de 2013

## **SUMÁRIO**

*O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Guilherme Silva, deu início à reunião eram 9 horas e 30 minutos.*

*Após uma intervenção inicial, o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna (Filipe Lobo d'Ávila) respondeu às questões colocadas pelos Srs. Deputados Maurício Marques (PSD), Isabel Oneto (PS), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Helena Pinto (BE), João Ramos (PCP), Abel Batista (CDS-PP) e Miguel Freitas (PS).*

*O Sr. Coordenador encerrou a audição eram 11 horas e 30 minutos.*

O Sr. Coordenador (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 30 minutos.*

Queria começar por agradecer a disponibilidade do Sr. Secretário de Estado.

Tínhamos programado, tal como estava a dizer ao Sr. Secretário de Estado, começar com a audição dos Srs. Secretários de Estado, mas, por razões de agenda, fizemos uma alteração, e foi, aliás, muito útil a deslocação que fizemos à Autoridade de Proteção Civil.

Este Grupo de Trabalho, que foi constituído com o empenho e sob a liderança da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia, tem a incumbência de, em 120 dias, elaborar um relatório. Naturalmente que a Assembleia não podia ser indiferente a uma matéria que tem a relevância e a importância que todos conhecemos e queríamos, aqui, como órgão parlamentar, fazer uma reflexão que nos leve a identificar constrangimentos e situações que devam ser supridas, quer no âmbito legislativo, quer no âmbito das ações concretas de prevenção e combate aos fogos florestais. Aliás, é esse o sentido dos objetivos do Grupo de Trabalho, isto é, recomendar eventuais alterações legislativas, orientações e diretivas à Administração que possam ajudar a ultrapassarmos os problemas que se vêm detetando neste setor, de forma preocupante.

Naturalmente que a experiência do Ministério da Administração Interna e dos Srs. Secretários de Estado, que têm os pelouros a seu cargo, é importante para nós para identificarmos estas vertentes que referi.

Talvez começássemos por ouvir o Sr. Secretário de Estado fazer uma intervenção, nos termos que melhor entender, e, depois, os Srs. Deputados porão as questões que entenderem.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna (Filipe Lobo d'Ávila): — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, é um gosto vir a este Parlamento, desta feita aqui, a este Grupo de Trabalho.

Queria começar por dizer que só não estive presente na visita que foi feita pelos Srs. Deputados à Autoridade Nacional de Proteção Civil, estando presente o Sr. Secretário de Estado Adjunto, porque, nesse mesmo dia, estavam já agendados, em Castelo Branco, dois momentos importantes na vida dos bombeiros: desde logo, um curso de condução defensiva que há muito tempo estava programado pela Escola Nacional de Bombeiros com a minha presença, e, por outro lado, também a assinatura com a Universidade de Coimbra de um protocolo entre a Escola Nacional de Bombeiros e aquela universidade, no sentido de haver uma interligação e uma partilha de informação para envolver também a Academia naquilo que é o estudo destes fenómenos e deste fenómeno que, todos os anos, temos de enfrentar, independentemente dos governos que se encontram em funções em cada momento.

Por isso, queria dar apenas esta nota inicial, dizendo, Sr. Vice-Presidente, que, como também é do conhecimento público e do conhecimento dos Srs. Deputados, o balanço do dispositivo especial de combate a incêndios florestais para 2013 foi já apresentado, com a intervenção dos seus três pilares e, portanto, de cada uma das entidades que, do ponto de vista operacional, têm responsabilidade, quer ao nível da

prevenção estrutural, quer ao nível da prevenção operacional, quer também ao nível do combate, isto é, com intervenção do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, com a Guarda Nacional Republicana e com a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Do ponto de vista do dispositivo, a verdade é que se trata de um dispositivo que foi aprovado em março, dentro daqueles calendários que são habituais, que previa, do ponto de vista dos meios terrestres, um aumento do ao nível das equipas e do número de elementos desse mesmo dispositivo.

Relativamente ao dispositivo aéreo, havia uma permanência do dispositivo que vinha do ano passado, embora, depois, do ponto de vista prático, se tenha verificado que o número de aeronaves que estiveram ao serviço do dispositivo tenha sido claramente superior, mais que não seja pela intervenção dos diferentes meios aéreos pesados que, ao abrigo de diferentes acordos bilaterais e do mecanismo europeu de proteção civil, estiveram em Portugal a ajudar também no verão.

Esse dispositivo tinha associado a si próprio uma circular financeira — e eu queria também começar por aqui a minha intervenção — onde, num quadro de dificuldades orçamentais conhecidas, foi possível introduzir um conjunto de melhorias, um conjunto de avanços que também são amplamente do conhecimento dos Srs. Deputados, nomeadamente: a atualização daquilo que é a remuneração paga pelas Equipas de Combate de Incêndios Florestais, as chamadas ECINES; o aumento da comparticipação ao nível do combustível, com um avanço muito significativo nessa matéria; mantendo alguns avanços, que já tinham sido feitos e produzidos em 2012, ao nível da alimentação; e também com avanços naquilo que são as comparticipações do Estado na reposição de reparação de viaturas.

Portanto, apesar do quadro orçamental que temos e da realidade que enfrentamos todos os dias, foi possível, apesar dessas circunstâncias, introduzir aquilo que eu considero terem sido alguns avanços na circular financeira associada a este dispositivo. E assim, quando falamos em dispositivo de combate aos incêndios florestais, não podemos deixar de ter em linha de conta aquilo que consta na circular financeira, que, pelo segundo ano consecutivo, foi apresentada no mesmo momento que o respetivo dispositivo de combate a incêndios florestais.

Dizendo isto a título de nota introdutória, Sr. Vice-Presidente, eu queria dizer também que o ano de 2013 fica ligado, e dramaticamente ligado, aos trágicos acidentes mortais que tivemos de oito bombeiros e um autarca, e que, como é evidente, todos lamentámos.

E o ano de 2013 também fica marcado por o dispositivo ter enfrentado condições climatéricas particularmente exigentes, como também todos os Deputados que aqui estão presentes bem têm conhecimento. O ano de 2013 foi o segundo mais severo dos últimos 14 anos — aliás, levou a própria Organização Mundial de Meteorologia a dar conta de que o ano de 2013 poderia ser, do seu ponto de vista, um dos 10 anos mais quentes desde 1850! —, sendo certo que, na análise de todos os índices, vários distritos a norte registaram valores recorde na análise da severidade meteorológica, comparada no período dos últimos 14 anos.

Como é natural e como todos compreenderão, a verdade é que a severidade meteorológica tem particulares repercussões não só na probabilidade da ocorrência de incêndios florestais, mas sobretudo naquilo que é a chamada «dificuldade de supressão» desses mesmos incêndios florestais, sabendo todos — incluindo todos nós, que aqui estamos — que a capacidade de resposta de todo o dispositivo não é ilimitada; a capacidade

de resposta é conhecida e, quando andamos nas cerca de 300 ocorrências diárias, a verdade é que há uma grande dificuldade de resposta.

Eu queria também dizer, Sr. Vice-Presidente, que, durante grande parte do ano, sensivelmente até o mês de julho, nós tivemos uma média de 103 ignições por dia; depois do mês de julho e até ao início do mês de setembro, essa média passou para as 221 ignições por dia; e a partir de meados de setembro até ao fim do mês de outubro, passámos a uma média de 165 ignições por dia.

Isto significa, por si só, que, como é evidente, todo o dispositivo esteve sujeito a uma enorme pressão, mas também significa que, apesar de todas as dificuldades, houve uma capacidade de resposta assinalável e, sobretudo, que houve uma capacidade de mobilização dos operacionais e também uma capacidade de balanceamento territorial dos meios num curto espaço de tempo, sendo certo que, como poderei mais à frente demonstrar, houve também uma grande concentração territorial, que, aliás, não é nova, daquilo que é o esforço a que todo o dispositivo está sujeito.

De facto, nós sabemos que há cerca de cinco, seis distritos que, em regra, representam a esmagadora maioria quer das ocorrências quer da área ardida — embora nem sempre haja uma coincidência total entre estes dois indicadores, a verdade é que os distritos a norte demonstram isso mesmo.

Na prática, e só para dar aqui alguns números relativamente àqueles três meses tradicionalmente mais difíceis do ponto de vista do combate a incêndios florestais — naturalmente refiro-me aos meses da Fase Charlie (julho, agosto e setembro) —, eu queria dizer que, entre o dia 15 de agosto e o dia 3 de setembro, se verificaram, em Portugal, 4657 ocorrências e tivemos uma área ardida de 63 373 hectares.

Só em agosto, arderam 72 284 hectares, ou seja, três vezes mais do que a área ardida nos restantes meses do ano. Nas duas últimas semanas de

agosto, arderam cerca de 63 000 hectares e só no mês de agosto arderam mais de três quartos do total da área ardida no resto do ano, ou seja, 77%, o que, como é evidente, demonstra bem aquilo que foi não só a concentração espacial mas também a concentração territorial de que eu falava, sendo certo que sete distritos (Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Braga, Porto, Guarda e Bragança) concentram 90% do total da área ardida, representam 93% da área ardida de matos e 72% do total das ocorrências.

Ainda a propósito da questão relativa aos dados de área ardida em matos e também para reflexão dos Srs. Deputados, mas sobretudo para reflexão daquilo que há a fazer e daquilo que tem sido feito na prevenção estrutural da nossa floresta, eu queria dizer que 63% da área ardida, em 2013, é composta por matos. Este é um dado que eu também queria deixar aqui aos Srs. Deputados.

Estes dados demonstram que a meta que estava definida no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, portanto, os 100 000 hectares de área ardida, não foi cumprida, ultrapassámos esta meta, apesar das condições de severidade meteorológicas que referi e que andaram, em determinados distritos, bem acima daquilo que foram os dados verificados em anos como os de 2003 e 2005, em que, como sabemos, a área ardida foi particularmente superior.

De resto, penso que uma das causas para que Portugal este ano, perante as condições que tinha, não tivesse tido uma área ardida superior se deve àquilo que é a capacidade de resposta que nós fomos conseguindo construir (por diferentes anos e com intervenção de diferentes Governos, mas diferentes responsáveis), sobretudo na área da Proteção Civil e graças a uma eficácia que é assinalável e que evitou, repito, que, neste ano, os valores da área ardida fossem superiores àqueles que se verificaram.

Isto demonstra — e eu também não queria deixar de o partilhar aqui com os Srs. Deputados e trata-se de uma reflexão sobretudo pessoal — que uma das grandes dificuldades que existe e que continuará a existir, independentemente do Governo que esteja em funções, tem a ver com uma dificuldade de planeamento de todos os dispositivos para fazer face a todo um conjunto de alterações climáticas, que não controlamos.

E eu queria partilhar com os Srs. Deputados aquilo que é também a minha experiência pessoal no exercício destas funções, porque, se é verdade que a conjuntura do mês de agosto de 2013 foi aquela que eu acabei aqui de demonstrar, com uma grande concentração temporal e espacial do ponto de vista das ignições e das ocorrências e do esforço que foi exigido a todo o dispositivo, também é verdade que assim não se verificou nos anos que eu próprio acompanhei: em 2011, o meu primeiro verão nestas funções, praticamente o mês de agosto — não sei se os Srs. Deputados se recordam - iniciou-se com chuva, para grande desespero da generalidade dos portugueses que estavam de férias e para grande felicidade do responsável da Proteção Civil, mas a verdade é que o mês de outubro, nos seus primeiros 15 dias, foi particularmente exigente, chegando a ter, em média, mais de 300 ocorrências por dia.

E, portanto, exatamente no momento em que havia uma desmobilização de parte do dispositivo — que, como sabem, está organizado para ter os seus dispositivos mais fortes nesta Fase Charlie e, portanto, a terminar no mês de setembro e iniciando-se a Fase Delta —, a verdade é que coincidiu exatamente com o momento em que houve uma redução dos dispositivos.

Depois, já em 2012, o mês de fevereiro foi o mês mais exigente do que muitos meses de vários anos, o que não deixa de trazer alguma curiosidade, sobretudo quando nós falamos sobre incêndios florestais e

assumimos que há uma «época de guerra» e uma «época de paz». Não é assim!... E estes dados também o confirmam. Os meses de fevereiro, ao contrário daquilo que, porventura, se possa ter presente, são meses — pelo menos, daquilo que é a minha experiência — particularmente difíceis, sendo certo que o País, em 2012, também como os Srs. Deputados bem sabem, esteve sujeito a um período de seca extrema, severa, que é conhecida e que levou, inclusivamente, a que o Governo tivesse adotado um conjunto de medidas nessa matéria.

Mas chegámos a 2012 com estes dados de grande concentração no mês de agosto. Portanto, o que se pode dizer, segundo a experiência que tenho, é que não tive verões iguais, não tive anos iguais deste ponto de vista, e na prática isto significa, desde logo, aquilo que referia: uma dificuldade — que eu acho que é um dos grandes desafios para a área da Proteção Civil para os próximos anos, com toda a franqueza — que é a de conseguir ter um planeamento para a área da proteção civil, para o combate devidamente estruturado, que não só corresponda àquilo que é a capacidade e a disponibilidade que, como é evidente, assenta muito nos bombeiros voluntários e na grande força que são os bombeiros voluntários, e, portanto, limitada a essa disponibilidade, que é uma disponibilidade muito boa, muito positiva, mas que, como é evidente, não é disponibilidade total, incondicional, independentemente da época em que nos encontremos...

Por outro lado, é evidentemente também uma dificuldade de recursos e de gestão dos recursos, embora — e é preciso dizê-lo! — a verdade seja a de que este dispositivo respondeu. E respondeu com uma mobilização notável — é preciso dizê-lo! —, pois nós chegámos a ter dias, no mês de agosto, em que ultrapassámos os 10 000 operacionais no terreno!...

Posso também dar esses dados de forma muito concreta: no dia 21 de agosto, tivemos 9811 operacionais; no dia 28 de agosto, tivemos 10 350

operacionais. Portanto, o dispositivo respondeu com uma capacidade de mobilização notável, o que, repito, também não podemos deixar de assinalar.

Relativamente à resposta, queria dizer-vos que, apesar de todos os constrangimentos, se mantém, do nosso ponto de vista e do meu ponto de vista, aquilo que é a aposta que foi feita, já há vários anos e que tem dado resultados ao longo dos diferentes anos, ao nível do ataque inicial.

Nós, inclusivamente, em 2013, conseguimos subir a eficácia deste ataque inicial, que esteve acima dos 90%, com 90,03%, sendo que a eficácia do ataque ampliado passou de 10,3%, em 2012, para 9,97%, em 2013. Como é evidente, são dados que podem ter várias leituras... Do meu ponto de vista, um dos grandes desafios que também existe é o de se conseguir acrescentar novas ferramentas àquilo que é o combate em termos de ataque ampliado, mantendo aquela que foi a aposta ao nível do ataque inicial e que tão bons resultados tem mantido.

Apenas para dar alguns elementos aos Srs. Deputados sobre o tempo de resposta, queria dizer que o tempo médio de saída do primeiro meio à ocorrência após despacho baixou, de 2012 para 2013, dos 2 minutos e 18 segundos para 2 minutos; que o tempo médio de chegada do primeiro meio de ataque inicial também baixou de 13 minutos para 11 minutos e 43 segundos, em média; que o tempo médio de descolagem dos helicópteros de ataque inicial, ao nível dos ligeiros e dos médios, se manteve nos mesmos valores do ano passado (nos ligeiros em 4 minutos e nos médios em 7 minutos); no ataque ampliado, e conforme já tivemos oportunidade de o dizer, houve aqui uma derrapagem do ponto de vista do tempo médio de descolagem que passou de 17 minutos, em 2012, para 23 minutos, em 2013; nos aviões de ataque ampliado, os chamados aviões anfíbios,

mantivemos também os mesmos níveis de tempo médio de descolagem que tínhamos verificado no ano passado.

Para além disto, Sr. Vice-Presidente, não querendo demorar muito mais, eu gostava ainda de dar aqui mais alguns dados que me parecem relevantes: foi feita uma articulação com o Ministério da Defesa Nacional, através dos planos que existem, o Plano Vulcano e o Plano Lira, que também são do conhecimento dos Srs. Deputados; e através dessa cooperação tivemos mobilizados 58 pelotões militares do Exército em operações de rescaldo e apoio à vigilância após incêndio.

Essa é, aliás, uma das dificuldades que existem: quando temos muitas horas de combate feito pelos bombeiros, a verdade é que, se nos descorarmos no rescaldo e na vigilância, há lugar a reacendimentos e isso foi uma das causas que este ano também se verificou, à semelhança de anos anteriores.

Tivemos um reforço de patrulhamento e vigilância também muito relevante com recurso a pelotões militares, com a participação de 760 pelotões em diferentes momentos, ao longo de todo o dispositivo. Perante isto, foi contratualizada uma nova parelha de anfíbios, em determinado momento.

Direi, também, que a uniformização dos procedimentos quanto às máquinas de rasto foi uma das novidades que foi articulada e uma das medidas que resultou do grande incêndio de Tavira do ano passado, e que foi, do nosso ponto de vista, uma medida com sucesso, pois houve 276 mobilizações de máquinas de rasto, 15 delas militares, e esse foi um avanço também muito relevante e positivo.

As equipas GAUF tiveram participação em 104 missões. É evidente que, do nosso ponto de vista, era desejável que pudesse haver um alargamento do seu envolvimento fora daquilo que é a chamada «a época

mais crítica dos incêndios florestais». Estamos a trabalhar nisso e esperamos que isso possa ser possível, embora, como todos têm conhecimento, não dependa do Ministério da Administração Interna.

Através dos acordos de cooperação, conseguimos ter oito *Canadair* a operar em Portugal.

Há ainda um dado que não deixa de ser relevante e que também já transmitimos aqui, na Assembleia da República, que é o de que cerca de 39% das ocorrências se verificaram entre a meia-noite e as sete da manhã, o que também deve ser objeto de análise, e que houve um incremento na prevenção operacional.

Eu queria ainda dizer aos Srs. Deputados que, entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Judiciária, foram detidas 102 pessoas, foram identificadas mais de 500 pessoas por fundada suspeita da autoria de crime de incêndio ou por práticas pouco corretas na nossa floresta.

E eu gostaria de dizer também que, depois de acabar a Fase Charlie, os incêndios saíram um bocadinho da abertura dos telejornais e da primeira linha do debate, seja político ou da nossa presença. Por isso, eu queria registar com grande agrado a constituição deste Grupo de Trabalho e destes trabalhos de reflexão pela Assembleia da República, mas a verdade é que, neste mês de dezembro, tivemos 607 ocorrências com uma área ardida de 955 hectares!...

Neste mês de Dezembro, como os Srs. Deputados bem têm conhecimento, temos tido temperaturas baixas, temos tido um inverno, diria eu, normal, e a verdade é que, apesar disso, nós continuamos a verificar também a existência de incêndios florestais nesta altura, o que significa, uma vez mais, aquilo que eu aqui transmiti no início: se é verdade que há uma dificuldade de planeamento, é cada vez mais verdade que há cada vez menos uma «época de guerra» e «uma época de paz» no combate

a incêndios florestais, o que significa que há, de facto, uma resposta que tem de ser dada, ao longo de todo o ano.

Eu queria terminar — até porque já me alonguei muito, Sr. Vice-Presidente — dizendo que, do meu ponto de vista — e é apenas, uma vez mais, a sensibilidade pessoal de quem terminou o terceiro verão —, aquilo que me parece que são alguns pontos absolutamente essenciais para o futuro, independentemente do Governo, independentemente de quem exerce essas responsabilidades, mas que me parece que são, de facto, pontos incontornáveis, pontos que têm vindo a ser trabalhados pelas diferentes entidades, com quem, aliás, os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de reunir, em sede de Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas que nos devem a todos, enquanto País, levar a procurar encontrar respostas permanentes.

Eu costumo também dizer que esta batalha da proteção civil - e é algo que tenho aprendido também de forma muito direta e pessoal — é uma batalha que se trava diariamente a cada minuto, e que também se vence ou se se perde diariamente e, por vezes, quando há muito enfoque em determinadas épocas, para além de isso ser muito injusto para aqueles que são os operacionais que estão no terreno todos os dias, mesmo quando não estão debaixo das luzes da ribalta, seja por que razões for, a verdade é que há essa necessidade de resposta, ao longo de todo o ano, sempre!

Eu não o disse quando há bocadinho falava da questão das alterações climáticas, mas nós chegámos a ter fins-de-semana, no mês de outubro de 2011, em que o mesmo dispositivo, os mesmos homens e mulheres que, num sábado, estavam a fazer frente a mais de 300 ocorrências de incêndios florestais no País, exatamente no domingo seguinte, no dia seguinte estavam a fazer frente a um conjunto de inundações que, por força do excesso de chuva que tinha acontecido nessa noite, se verificou também um

pouco por todo o País... Portanto, isto é apenas para ilustrar bem aquilo que é, por um lado, a necessidade de resposta diversificada que é preciso dar e, por outro, o grande esforço a que estes homens estão sujeitos.

Diria, apenas, para terminar, Sr. Vice-Presidente, se me permite, que, do meu ponto de vista, em primeiro lugar e à cabeça, está a dificuldade do planeamento que referi. A verdade é que temos encontrado soluções, que são soluções de curto prazo, para responder a esses problemas — através do balanceamento de meios, através do reforço da criação de novas equipas e da mobilização... E a verdade é que isso tem sido possível e temos conseguido responder não só a esses problemas, mas também a muitas carências de resposta que existem em determinados pontos do País — e é preciso dizê-lo! —, porque há distritos que não têm uma capacidade própria de resposta e que necessitam de respostas que venham de outros locais do País, e isso tem acontecido. Portanto, esta necessidade de planeamento é, à cabeça, do meu ponto de vista, um dos grandes desafios que existem.

O segundo grande desafio, que existe e que tem repercussões diretas ao nível de combate, é o de que o País tem de saber, e tem de saber bem, para onde quer ir no que diz respeito à prevenção estrutural. E eu queria dizer isto, de forma completamente desempoeirada, sem com isto querer significar uma qualquer crítica ou uma qualquer observação a quem quer que seja, bem pelo contrário. Nós, no Ministério da Administração Interna, estamos naquilo, que costumo também dizer, no «fim da linha deste processo» e sente-se, naquilo que é a resposta do combate, um conjunto de falhas que existem ao longo do sistema e que têm repercussões diretas naqueles que têm de fazer o combate.

Portanto, não se trata de uma matéria que deva estar sujeita a grandes querelas partidárias ou intromissões partidárias; bem pelo contrário, deve

ser uma matéria que deve obrigar-nos a todos, enquanto País, a procurar uma resposta que seja clara para não só incrementar novas ações na prevenção estrutural, mas também para permitir que se consiga ter, pelo menos, uma manutenção das faixas de gestão de combustível que, depois, nos permita ter uma boa resposta no combate.

Nós temos proposto várias medidas e os Srs. Deputados conhecem-nas, sendo que à cabeça, deixem-me que vos diga — e nós próprios o já transmitimos à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura e ao Sr. Secretário de Estado das Florestas e já apresentámos também publicamente aos Srs. Deputados, julgo eu —, está a de um maior envolvimento daquilo que é uma força que existe e que está espalhada por todo o País que são as corporações de bombeiros, num conjunto de tarefas, que tradicionalmente não são tarefas relacionadas com a atividade dos bombeiros, mas que, alicerçando-se naquilo que é a experiência que estes homens e mulheres têm do terreno, porque, seja em que época for, estão a combater incêndios florestais à porta das suas casas, à porta das casas dos seus vizinhos e conhecem melhor do que ninguém os terrenos que pisam.

Portanto, reconhecendo todo um conjunto de carências que existem na prevenção estrutural e que não são de hoje, são de desde há muitos anos, provavelmente de há décadas, a verdade é que nós, enquanto País, deveremos olhar para esta matéria e, porventura, encontrar novas soluções que tradicionalmente poderiam, à partida, estar vedadas por nos centrarmos muito naquilo que são ideias como: «esta é a nossa capelinha», «aquela é a vossa capelinha»... e, portanto, não há aqui um cruzamento de competências, quando sabemos que o mundo, cada vez mais, vive através desse cruzamento de competências de todos.

Queria terminar mesmo, Sr. Vice-Presidente, dizendo apenas que há um outro desafio muito importante, que tem de ser um desafio que todos

nós também, enquanto País, devemos superar e que tem a ver com a sensibilização das nossas populações, com as boas práticas que podem e devem ser adotadas, sobretudo em determinados períodos mais críticos. Julgo que, nesse campo, há muito também, ainda, por fazer e nós próprios temos de continuar o caminho que temos procurado fazer, em conjunto com o Ministério da Agricultura, de aprofundar essa sensibilização.

Poderemos falar, depois, numa segunda volta ou em resposta aos Srs. Deputados, até porque já vou com muito tempo gasto, Sr. Vice-Presidente, e apenas quero ainda dizer que há, de facto, muitas outras matérias também relevantes, tal como a formação dos bombeiros ou, por exemplo, a questão dos próprios equipamentos como fator absolutamente essencial para a segurança dos nossos bombeiros, mas depois, se necessário for, numa segunda volta ou em resposta aos Srs. Deputados, aprofundarei esses temas.

Dizia, uma vez mais, Sr. Vice-Presidente, que, de facto, este Grupo de Trabalho, do meu ponto de vista, pode dar um grande contributo.

A minha postura, no Ministério da Administração Interna, não tem sido, nunca, a de procurar não conversar com todas as sensibilidades, sejam elas partidárias, operacionais ou até, inclusivamente, com o envolvimento da academia, das universidades.

De facto, o combate aos incêndios florestais é uma matéria que nos preocupa a todos, evidentemente, e que irá continuar na ordem do dia, ao longo dos próximos anos, independentemente de quem cá estiver. Portanto, ou olhamos todos para isto com capacidade de abertura e com capacidade para todos nós encontrarmos soluções para responder a estas condições, que cada vez são mais problemáticas e mais adversas, ou não estaremos a dar um contributo para aquilo que é o futuro do País.

Muito obrigado.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado, pela sua exposição, que foi muito elucidativa e revela o conhecimento profundo que tem desta matéria, fruto da sua reflexão e intervenção nas funções que desempenha.

Vamos, agora, abrir um período de perguntas. Talvez agrupássemos os Srs. Deputados em conjuntos de três para fazermos uma gestão de tempo que não comprometa a audição seguinte, que é às 11 horas e 30 minutos, com o Sr. Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

Ainda antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Maurício Marques, informo que vamos fazer a gestão com os tempos do Plenário, sensivelmente, mais coisa, menos coisa.

Faça favor, Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Secretário de Estado, efetivamente aquilo que aqui nos traz e que nos move não é propriamente fazer um balanço daquilo que ocorreu no passado ano; aquilo que nos move e que está na nossa mente é, efetivamente, contribuímos — e só é importante analisar o passado para termos esse entendimento — com aquilo que pudermos para que aquilo que ocorreu no passado ano e nos anos anteriores não volte a ocorrer. Portanto, a nossa disposição e deste Grupo de Trabalho é, efetivamente, contribuímos para alterar estas situações, que todos lamentamos, ano após ano.

Verificamos aqui, pela exposição feita pelo Sr. Secretário de Estado que, efetivamente, nós temos, até do ponto de vista de combate, uma

grande capacidade de meios, quer técnicos quer humanos, para dar resposta às solicitações que vão ocorrendo.

Temos, apenas, aqui uma questão, que gostaria que clarificasse melhor e que se prende com o facto de o Sr. Secretário de Estado reconhecer que há alguma dificuldade de planeamento de dispositivos. Gostaria que especificasse melhor de que forma é que nós podemos alterar ou o que é que temos de fazer para que haja, de facto, um planeamento adequado dos meios que temos à nossa disposição.

Uma outra questão que aqui também se nos põe é sobre o número de ignições. Efetivamente, verificamos que há aqui muitas ignições durante o período noturno e não é normal haver este número de ignições tão significativo no período noturno. Isto poderá levar-nos a dizer que, eventualmente, a vigilância não está a ser adequada. Por isso, em concreto, eu gostaria também de saber até que ponto é que nós poderemos aumentar a vigilância.

Foi falado pelo Sr. Secretário de Estado o envolvimento do Exército, justamente, para fazer algum tipo de vigilância, quer noturno, quer diurno na fase de rescaldo. E uma das questões que eu gostaria de colocar é esta: até que ponto é que nós poderíamos utilizar também essas forças militares de defesa na própria vigilância, nomeadamente, no período noturno, porque, efetivamente, não é aceitável que tenhamos um número de ignições desta envergadura.

Por outro lado, na exposição que nos foi feita na Autoridade Nacional de Proteção Civil, foi-nos dado conta do número pouco expressivo de processos de contraordenação que eram levantados relativamente aos que eram concluídos. A alteração da legislação, em 2006 — eu até era presidente de uma câmara municipal na altura, portanto...

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado, pedia, se pudesse, que apressasse um bocadinho.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Vou apressar e peço desculpa!

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabeleceu, para os municípios, a conclusão dos processos de contraordenação e verificámos que, efetivamente, muito poucos — apenas 5 a 10% foi aquilo que foi dito — destes processos de contraordenação foram concluídos. Ora bem, isto levanta-nos aqui um problema: é que, provavelmente, as pessoas sabem de alguma impunidade porquanto o auto de contraordenação é levantado e depois não é concluído.

Queria saber também até que ponto é que nós podemos aqui intervir nisto.

Havia muito mais questões, mas há outras que os meus Colegas, com certeza, irão complementar.

Muito obrigado.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Desejo cumprimentar o Sr. Secretário de Estado e as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Sr. Secretário de Estado, coloco-lhe também algumas questões, procurando ser breve e focar-me, precisamente, na questão do combate ao incêndio florestal.

O Sr. Secretário de Estado fala aqui na dificuldade de planeamento e, pelo que entendi, é planeamento de recursos humanos relativamente ao dispositivo de bombeiros. Assim sendo, questão que eu coloco, Sr. Secretário de Estado, é se não é necessário fazer uma reflexão

relativamente à própria implementação da Lei de Bases da Proteção Civil. E pergunto: é possível que, no ano — e estamos aqui a falar não no sentido de procurar responsáveis, mas de procurar dar respostas e interrogarmo-nos sobre as questões — em que morrem oito bombeiros, não tenha sido acionado nenhum Plano Municipal de Emergência nem nenhum Plano Distrital de Emergência? O que é que é necessário acontecer? Para que é que são feitos os planos municipais? Para que é que nós os queremos? Que avaliação de risco é que está feita de forma a responder?

Quer dizer, se nós continuamos a funcionar no sentido de: «Vai a primeira força de intervenção com uma equipa de cinco bombeiros para o terreno, faz a avaliação; o comandante, que é o mais graduado, faz a evolução da situação», vamos ver apenas como é que as coisas correm no terreno. E aquilo que eu acho que temos de fazer e refletir sobre isto: no terreno, como é que as coisas acontecem?

E vamos começar a pensar!! Há alerta de incêndio, avança a corporação da área de intervenção; chega lá, em regra são cinco mas, às vezes, são três, porque não há dispositivo, dependendo do número de ignições e, portanto, ou três ou cinco numa viatura. Chegam lá e dizem que é preciso reforço e vai mais «x», depois vai mais «x»... e as coisas vão sendo montadas e só quando está já com uma dimensão de ataque ampliado é que o CDOS diz: «Agora sobe», mas ninguém aciona os planos... , nem o Plano Municipal, nem o Plano Distrital! Noutra situação que foi, por exemplo, a do incêndio de Tavira, onde isso foi visível... Ó Sr. Secretário de Estado, ninguém declarou a situação de alerta para medidas preventivas, a adoção de medidas preventivas imediatas, necessárias e adequadas para o combate ao incêndio!! Ou seja: em bom rigor, aplica-se o CIOPS e não se aplica a Lei de Bases. E há aqui uma disfuncionalidade sobre a qual nós

temos de refletir, isto na minha perspectiva, em termos de análise dos incêndios.

A outra questão tem a ver com os 63% da área ardida. Sr. Secretário de Estado, eu não sei se já foram feitas as contas, mas quanto aos 63% de área ardida de matos a minha perspectiva é assim: os matos são para arder, Sr. Secretário de Estado, têm de arder!! Cada vez que há um incêndio e está um mato a arder, vai o helicóptero, mais bombeiros, mais não sei quê..., apaga-se o fogo no mato, mas, no dia seguinte, está a arder, exatamente, no mesmo sítio e, passados dois dias, está a arder exatamente no mesmo sítio...! Porquê? Porque o mato é para arder!!

Portanto, tem de haver uma lógica de dizer: «Vamos lá planear o combate de acordo com a necessidade daquilo que efetivamente está a arder, vamos proteger a floresta, vamos proteger as habitações», porque só a questão do mato..., aí, obviamente, só se põe a necessidade óbvia de o controlar, de saber se é controlável e se quem está no terreno tem capacidade para fazer essa avaliação. É porque senão nós estamos a empenhar meios e a esgotar outros para defender mato que é para queimar!! E isto, depois, obviamente põe também a questão da prevenção estrutural e de saber porque é que os matos não são queimados no inverno...! Essa é outra questão também, mas a verdade é que estamos a gastar mais de metade do nosso dispositivo e mais de metade das nossas forças a proteger mato.

E temos de resolver também isto, ou seja, temos de procurar refletir sobre estas matérias e dizer: «É necessário o empenho de meios nestas circunstâncias para este efeito?»... Eu sei que há o princípio do «ataque musculado», mas temos de aprender com a experiência e saber quanto é que nos custa levantar um helicóptero e quanto é que custa não sei quantos homens no terreno por dia!.. Até para, quando for de facto necessário salvar

a floresta, aquilo que efetivamente produz bens, nós podermos e termos capacidade para salvaguardar.

Não vou, Sr. Vice-Presidente, prolongar-me muito mais, queria só deixar aqui uma reflexão que eu acho que é a perspetiva relativamente à qual nós temos de olhar a Proteção Civil. E nós estamos aqui focados apenas...

O Sr. Coordenador: — É favor terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Oneto (PS): — Vou terminar, Sr. Vice-Presidente!

Repetindo, nós estamos aqui focados na proteção civil relativamente aos incêndios florestais, mas temos de ter a noção de que, hoje, a proteção civil é um fator fundamental de desenvolvimento de qualquer região ou país e, no dia e que acontecer um acidente cuja resposta não é adequada àquilo que é espectável para a generalidade das pessoas, nomeadamente no turismo e, mesmo no investimento económico, nós podemos matar algumas «galinhas de ouro» no nosso país. E temos de ter a consciência disso para podermos dar uma resposta adequada nesta matéria.

Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Pinto (BE): — Sr. Vice-Presidente, posso falar um bocadinho mais à frente, até porque, e peço desculpa, cheguei atrasada...

O Sr. Coordenador: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, temos seguido a ordem de inscrições, mas podemos adotar outro critério...

Então, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Secretário de Estado, gostava de cumprimentá-lo, em nome do Grupo Parlamentar de «Os Verdes».

Eu também cheguei atrasada, não ouvi grande parte da intervenção do Sr. Secretário de Estado e, por isso, talvez não consiga fazer perguntas que vão muito no sentido da intervenção que fez, mas, ouvindo aqui os dois Srs. Deputados que o questionaram, deu para ter a perceção de algumas preocupações comuns que foram levantadas.

Mas eu gostava de fazer perguntas muito simples — e, às vezes, as mais simples e mais genéricas são as mais complicadas... De qualquer maneira, eu gostava de dizer o seguinte: nós temos aqui duas áreas que, à partida, se distinguem completamente, que é a prevenção e o combate. Eu não sei se é tão certo estancar dessa forma estas duas áreas. As experiências anuais são as experiências anuais e a deste ano foi dramática, enfim, se recuarmos a outros anos, outras dramáticas aconteceram, mas, chegando agora ao final do período, eu gostava de saber como é que o combate se imiscui na prevenção.

Para mim, tem mais sentido o combate imiscuir-se na prevenção do que a prevenção imiscuir-se no combate, ou seja, a aposta na prevenção tem de ser de tal ordem que as pressões têm de vir de todo o lado. E dizer apenas que estamos a trabalhar em coordenação com o Ministério da Agricultura, para mim, é uma coisa que não chega, é quase dizer que estamos à espera de que o Ministério da Agricultura também faça ou que vá fazendo...

Que pressão é que o combate tem feito no sentido de que a prevenção seja mais concretizada? É porque, na verdade, as diversas

declarações que nós ouvimos, ao longo do período mais crítico, de bombeiros e outros, tudo se focava no problema de que a prevenção não ajudou e, portanto, como a prevenção não ajudou, criou-se aquela dimensão de fogo... Esta era a primeira noção que eu gostava de ter em termos de coordenação do próprio Governo.

Depois, eu gostava que o Sr. Secretário de Estado me dissesse quais são as percentagens, que nós conhecemos mais ou menos, mas que eu gostava de ouvir da sua boca. Qual é o investimento que está a ser feito no combate e qual é o investimento que está a ser feito na prevenção?

Outra questão tem a ver com a matéria da negligência. Segundo já nos foi dado perceber, a negligência é o ponto mais forte da causa das ocorrências. Ora, isso também tem que, de facto, nos fazer agir, não apenas a curto mas também a médio e a longo prazos.

Eu concordo com o Sr. Secretário de Estado quando refere que a questão da sensibilização é uma questão fulcral — e nós também levantámos essa questão, no outro dia, lá, na Protecção Civil, porque, de facto, trabalhar na sensibilização é trabalhar não apenas para o momento mas trabalhar para um sucesso no futuro.

Foi levantada aqui também a questão da vigilância e eu tinha curiosidade de perceber qual é o sucesso ou onde é que falha o nosso sistema de vigilância.

E, depois, uma última questão, muito breve, que é a de saber em que medida é que o Exército tem sido envolvido até agora em matéria de prevenção de incêndios florestais. Não é saber «como é que o Sr. Secretário de Estado pensa que deve ser envolvido»; é saber «como é que foi envolvido até à data».

Muito obrigada.

O Sr. Coordenador: — Temos já um conjunto de questões, colocadas por três Srs. Deputados.

Para responder, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Queria agradecer a todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados as perguntas que fizeram e, antes de responder a todas as perguntas que colocaram, queria só dar um último elemento que não é indiferente e que se verificou, pelo menos, do meu ponto de vista, pela primeira vez, em Portugal, no que diz respeito aos incêndios florestais.

Pela primeira vez, nós tivemos, no acompanhamento no terreno às operações, novos órgãos de comunicação social que estiveram localmente no terreno a acompanhar diversas operações, coisa que não acontecia com esta proximidade até aqui. Isso fez, inclusivamente, com que muitas imagens, que foram imagens chocantes e muito pesadas, tivessem tido uma grande visibilidade — aliás, conforme todos nós pudemos constatar —, o que é aqui também uma mudança que importa perceber, analisar e, sobretudo, para o futuro, pensar que consequências é que isso tem no comportamento das pessoas, em algumas práticas de muitas pessoas que, perante a imagem do fogo, têm propensão para adotar determinado tipo de comportamentos... Mas isso daria para todo um outro debate.

De qualquer modo, eu não queria deixar de dar este elemento, porque parece-me que é um dado novo, de facto, pelo menos eu senti-o como um dado novo, que não se tinha verificado com a mesma dimensão nos dois anos anteriores.

Respondendo diretamente ao Sr. Deputado Maurício Marques e também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto, quanto à questão da dificuldade de

planeamento, eu gostaria de dizer o seguinte: aquilo que eu quis dizer foi que, do meu ponto de vista, não há uma dificuldade de planeamento; o que acontece é que o planeamento que é feito tradicionalmente em Portugal, há muitos anos, ainda que assente em procedimentos que vêm ainda de tempos anteriores à própria constituição da Autoridade Nacional de Proteção Civil, é um planeamento que não está, do meu ponto de vista, totalmente ajustado e adequado àquilo que é a realidade, que nós hoje enfrentamos.

Não quero dizer que haja uma dificuldade de planeamento, não há dificuldade de planeamento; o planeamento é feito, mas é feito em função das fases tradicionais, que sempre houve; o problema é que essas fases tradicionais, em determinados anos, encontram correspondência do ponto de vista das épocas mais críticas de combate a incêndios florestais e noutros anos não é assim!...

Era apenas essa nota que eu queria dar e, portanto, respondendo diretamente a esta questão do planeamento dos dispositivos, que eu próprio quis aqui colocar.

O Sr. Deputado Maurício Marques fala, também, num aspeto muito importante, que é a questão das ignições no período noturno. Sr. Deputado, dizia-lhe o seguinte: a partir de determinado momento, quando percebemos que isso estava a ocorrer, não só fizemos o reforço das equipas do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana como, inclusivamente, pedimos o envolvimento direto do Exército — e aqui respondo também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia —, ao abrigo dos programas que já existem e que — como aqui referi, são o Plano Vulcano e o Plano Lira — preveem a intervenção do Exército e das Forças Armadas em determinado tipo de circunstâncias.

A verdade é que essa participação/colaboração/cooperação com o Ministério da Defesa, no terreno, teve, de facto, impactos importantes com

a participação de muito militares das Forças Armadas em missões, como aqui referi, de vigilância e patrulhamento, mas também em missões de apoio em rescaldos e também em vigilância pós rescaldo, exatamente para evitar que pudéssemos ter muitos mais reacendimentos em determinados incêndios, que tiveram condições climáticas muito complexas — basta dizer que no Caramulo, em determinado momento, tivemos uma progressão do incêndio a uma velocidade superior a 50 km/hora — e refiro isto para termos todos também noção daquilo que, em determinados momentos, foi necessário enfrentar.

O Sr. Deputado fala, também, na questão — que, aliás, o Ministro da Administração Interna também abordou — dos processos de contraordenação.

De facto, se me pergunta a mim — e eu respondo-lhe, mais uma vez, pessoalmente, não querendo vincular com isto quem quer que seja —, dir-lhe-ei que a lei que regulava esta matéria não é uma má lei; é uma lei que procurava resolver um problema. Só que esta lei não teve aplicabilidade prática por parte daqueles que deveriam dar andamento a esses processos de contraordenação.

E isso tem a ver com diferentes razões que todos conhecemos. Desde logo, neste ano de eleições autárquicas, temos uma dificuldade acrescida pelas razões evidentes que todos compreenderão... Aliás, uma das coisas que me disseram, em tempos, foi que «pior do que acompanhar um verão normal é acompanhar um verão em ano de eleições autárquicas», por diferentes razões... Mas essa foi uma das primeiras coisas que me disseram logo e que têm a ver com diferentes fatores...

Portanto, eu diria que essa matéria sobre a qual o Sr. Deputado me interpelou diretamente, a da questão dos processos de contraordenação, é uma matéria que está identificada. Nós não podemos ter tão baixo nível de

execução destes processos de contraordenação e, portanto, temos de seriamente ponderar rever essa legislação e eventualmente, conforme nós próprios já o dissemos, atribuindo algumas dessas competências que hoje estão nas autarquias — evidentemente que não se pode fazer isto sem ser em conversa e em diálogo profundo com a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses — e que as autarquias também não pretendem, eventualmente, atribuí-las, dizia eu, a outro tipo de entidades.

Portanto, isso é algo que tem que ser analisado, que deve ser muito ponderado e bem ponderado e julgo que este é também um bom enquadramento para o podermos fazer.

Depois, quero dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto que partilho das duas grandes reflexões que aqui nos deixou e ainda dizer-lhe que assim é, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse e bem: não houve nenhum plano municipal que tenha sido acionado, algo que já tinha sido sucedido também no grande incêndio do Algarve do ano passado, com uma grande discussão sobre o tema.

É evidente que, da parte das autarquias, não há vontade, nem interesse, nem motivação prática para procederem ao acionamento desses planos, por razões que estão ligadas a matérias de seguros... Mas essa é outra das matérias que, de facto, temos de ponderar seriamente.

É porque, em determinadas circunstâncias, a estrutura da Proteção Civil, em conversas informais, no terreno, com todos os presidentes de câmara — e também é preciso dizer que todos os presidentes de câmara das áreas envolvidas estiveram presentes no terreno, dando a sua colaboração e a sua ajuda —, a estrutura da Proteção Civil, dizia eu, em determinados momentos, sugeriu que pudessem ser acionados os planos municipais, mas, por questões de logística, por questões de diferentes apoios ao próprio combate, a verdade é que isso não sucedeu por razões diferentes, embora,

regra geral, o apoio que as autarquias prestaram aos operacionais que estiveram no terreno, na maior parte dos casos, tenha sido sempre inexcedível e muito bom — e é preciso dizê-lo também, de forma absolutamente clara, para não haver dúvidas quanto a isso.

Quanto à segunda reflexão, Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu queria agradecer-lhe os termos em que a colocou...

*(Aparte não audível na gravação da Deputada do PS Isabel Oneto.)*

Sim, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas a questão dos distritais também se coloca exatamente nos mesmos termos.

Nós, como sabe, tivemos uma alteração que foi necessário introduzir por força da extinção dos governos civis. O acionamento dos planos distritais, salvo erro, está atribuído ao presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e aquilo que se constatou foi que não fazia sentido acionar planos distritais quando determinados planos municipais não estavam sequer acionados. É evidente que isto tem um encadeamento natural e, apesar de todos os esforços que foram desenvolvidos na altura, em determinadas zonas do território, isso não sucedeu e é algo que deve ser objeto de reflexão por parte de todos.

Quanto à questão dos matos que a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, eu quis dar este número de forma absolutamente clara, porque, deixe-me dizer-lhe, a minha perspetiva do ponto de vista do combate e da Proteção Civil é essa. Mas deixe-me também dizer-lhe que não é possível fazer esse caminho se não conseguirmos todos estar em sintonia com esse desígnio e com essa estratégia, do ponto de vista operacional.

Eu não quero aqui relatar conversas pessoais ou inconfidências, mas posso dizer-lhe que, sempre que há uma ocorrência, seja ela qual for ou

onde quer que seja, os contactos e as pressões sobre a estrutura do combate e sobre os membros do Governo que acompanham a área do combate, vêm de todo o lado, como é natural. Aliás, eu se estivesse do lado contrário também fazia exatamente o mesmo, mas ao nível das freguesias, ao nível das autarquias, ao nível, inclusivamente, de outros membros do Governo ou Srs. Deputados com ligação a determinadas zonas do território, que têm essas preocupações e essa proximidade muito forte e que fazem esses contactos, no sentido de pedir mais meios, sejam meios terrestres sejam meios aéreos...

Isso é algo que se verifica e nós devemos ponderar, certa e seguramente, esta questão dos 63% de matos de área ardida, que são matos que, na maior parte dos casos, irão de facto arder sempre, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu.

Há uma história que me foi contada, no terreno, por um operacional, ali, na Zona Centro, em que, basicamente, foram chamados em três dias diferentes ao mesmo local e em que, a certa altura, o comandante do corpo de bombeiros voluntários local encontrou uma senhora que lhe disse «Oiça, escusam de vir, porque isto vai arder até ali, àquele sítio; até ali vai arder seguramente e, portanto, os senhores podem cá vir todos os dias, apagam, mas só quando isto arder até àquele ponto que se pretende que arda é que o fogo vai parar».

E, portanto, tem a ver também com outras realidades que são conhecidas em Portugal, tem a ver com a pastorícia, com diferentes razões que a Sr.<sup>a</sup> Deputada e os Srs. Deputados conhecem bem também, portanto, assim é em Portugal.

Concordo com aquilo que referiu de que a Proteção Civil é também um fator de desenvolvimento do País e, sobretudo, é um fator de grande debilidade do País, do ponto de vista externo, bastando lembrar o que

aconteceu, no ano passado, no Algarve, com o incêndio na época de verão e que teve repercussões um pouco por toda a Europa... Portanto, isso é assim e é um fator muito importante.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia faz uma pergunta que parece simples, mas que é tudo menos simples: como é que é a interligação entre a prevenção e o combate. Do ponto de vista da coordenação política, essa interligação tem sido fomentada através dos Srs. Ministros e dos Secretários de Estado, por forma a haver uma interligação dos diferentes serviços e isso é um trabalho que se faz todos os dias e que nós temos procurado desenvolver.

Do ponto de vista prático, no terreno, esta articulação é feita, não só a nível das comissões de coordenação, quer nacional quer distritais que existem onde há oficiais de ligação dos diferentes agentes de proteção civil; no período de inverno, em que nos encontramos, esta articulação é feita através de uma intervenção pessoal muito forte dos comandantes distritais de operações e socorro (CDOS), junto dos seus diferentes interlocutores locais, a começar, desde logo, pelas próprias autarquias, pelos presidentes de câmara, em que há uma pressão quase diária com o levantamento daquilo que é preciso fazer no terreno, em que há uma sinalização das zonas mais complicadas no combate, daquilo que se prevê ser o combate, e em que há uma sinalização permanente e uma conversa permanente e uma pressão permanente. Mas a verdade é que, como é evidente, a Proteção Civil e os Srs. Comandantes Distritais não têm competências para se substituir a quem quer que seja.

Queria dizer-lhe ainda que sobre esta questão da interligação na prevenção e no combate, que referiu, do nosso ponto de vista é assim que é feita e, como é evidente, nós teremos todos de continuar a procurar que esta interligação seja feita com os diferentes interlocutores, sejam do Ministério

da Agricultura, sejam das próprias autarquias, começando, localmente, como não pode deixar de ser.

No que diz respeito aos investimentos de prevenção e combate, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei quais são os investimentos na prevenção estrutural, presumindo que foi isso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me perguntou. Eu não sei quais são os investimentos na prevenção estrutural — e digo-o aqui, de forma absolutamente clara. Sei aqueles que são os investimentos nos dispositivos da Autoridade Nacional de Proteção Civil e não tenho problema nenhum em partilhar com a Sr.<sup>a</sup> Deputada e os Srs. Deputados: o dispositivo especial de combate a incêndios florestais tem um custo sensivelmente de 75 milhões de euros, o dispositivo, portanto, o DECIF. Simultaneamente, o Ministério da Administração Interna tem um custo superior a 22 milhões de euros com o Programa Permanente de Cooperação (PPC), que é o programa através do qual o Ministério da Administração Interna comparticipa e subsidia a atividade das corporações de bombeiros voluntários do País.

Aliás, também queria dizer que este PPC, em 2013, teve um aumento de 11% relativamente a 2012. Sobre as despesas extraordinárias, que, no fundo, são as despesas no âmbito de incêndios florestais, eu diria que, este ano, o custo total destas despesas extraordinárias será de 14 milhões de euros, sendo que destes 14 milhões de euros só cerca de 9 milhões de euros são em reparação de viaturas.

Depois, a Sr.<sup>a</sup> Deputada fala em vigilância, que, salvo erro, foi a última pergunta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez. A questão da vigilância é uma questão, do nosso ponto de vista, essencial que deve ser feita... A Guarda Nacional Republicana tem um papel incontornável nesta matéria, seja através das equipas normais da Guarda Nacional Republicana, seja através da força especializada que é o Grupo de Intervenção de Prevenção e

Socorro (GIPS) e assenta, também, nas torres de vigia, na rede nacional dos postos de vigia que existe em Portugal.

Se me pergunta quais são os grandes desafios que existem nessa matéria, deixe-me dizer-lhe que um dos grandes desafios que existe, e que eu ainda não consegui transformar, tem a ver com a possibilidade de nós podermos recorrer a novas tecnologias em muitas destas vigilâncias, que são feitas. Foi elaborado um projeto-piloto no Parque Nacional da Peneda-Gerês, que tem alguns resultados, embora, como primeiro ano, entrou logo em funcionamento, quando já estávamos, praticamente, na Fase Charlie, e, portanto, os resultados são ainda incipientes, mas constituem também um projeto-piloto para se aferir se esse era o caminho ou se o caminho seria outro. O objetivo é fazer-se uma avaliação desse projeto para se determinar se vamos nesse sentido ou não.

Em todo o caso, a eficácia da Rede Nacional de Postos de Vigia Tradicional, portanto, assente em torres fixas com pessoas que são contratadas temporariamente e, como se costuma dizer, à época para fazer este tipo de tarefa, tem demonstrado uma eficácia reduzida — e quando digo reduzida estou a ser bastante otimista. E repito: a eficácia tem sido reduzida, o que demonstra, do nosso ponto de vista, a necessidade de procurar encontrar novas fórmulas, através de novas tecnologias, também neste campo.

Portanto, um dos grandes desafios para o futuro também será esse, embora — deixe-me dizer-lhe —, como é conhecido, no incêndio do Algarve do ano passado o primeiro foco de incêndio surgiu exatamente no momento em que ocorria a mudança dos vigilantes que se encontravam na torre de vigia, ali bem perto, e que, quando se posicionaram na respetiva torre, o incêndio já estava a progredir. Isto demonstra que também aí nós devemos, de facto, dar passos importantes.

Diria que é impossível substituir uma rede, que existe, de repente por uma outra coisa qualquer que ainda não se sabe bem quais são os resultados que poderá ter, mas a minha ideia foi a de lançar este projeto-piloto no Parque Nacional da Peneda-Gerês, desejando ter uma cobertura total e foi aquilo que procuramos fazer. Por isso, é que este projeto também se atrasou, porque, como é evidente, ter uma cobertura total de um terreno que seja um planalto ou de um terreno, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês, não tem nada a ver e, portanto, aquilo que se procurou fazer foi ter essa cobertura total.

Há uma eficácia, que é uma eficácia interessante, embora também tenha registado um número de falsos alarmes muitos significativos. E, portanto, nós temos que ir afinando este projeto-piloto, ver se faz sentido prosseguir e, eventualmente, até diversificar para outro tipo de tecnologias. A videovigilância, enquanto instrumento de apoio à decisão, é utilizada pelos Comandos Distritais da Proteção Civil. Era um sistema que vinha do anterior Governo, mas que estava totalmente desmantelado por falta de manutenção, na maior parte dos comandos distritais, com exceção de dois ou três.

Aquilo que se conseguiu fazer foi voltar a ligar estes sistemas, salvo erro, em todos os comandos distritais. É dito e é referido pelos operacionais que se trata de um decisivo instrumento de apoio à decisão que não substitui a vigilância tradicional e, portanto, é evidente que todos estes sistemas de vigilância são complementares todos entre si, sendo certo que também aí temos de fazer alguns avanços.

É isso que estamos a procurar fazer, embora tenha a noção de que não é possível substituir aquele que é o modelo tradicional de vigilância e que sempre foi adotado, durante vários anos, em Portugal, de repente, por novas tecnologias que nós ainda não sabemos bem até qual é o seu impacto

e o seu resultado prático. Portanto, tem de ser de forma gradual, com este projeto-piloto ou com outro que, eventualmente, se possa desenvolver e, em função dos resultados, ir decidindo se faz sentido ou não alargar essa experiência.

O Sr. Coordenador: — Srs. Deputados, vamos passar a um novo grupo de perguntas.

Como só temos meia hora, pedia um certo esforço, até porque não queria interferir...

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Pinto (BE): — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Em primeiro lugar, desejo cumprimentar o Sr. Secretário de Estado e os Srs. e as Sr.<sup>as</sup> Deputadas.

Queria colocar, essencialmente, duas ordens de questões ao Sr. Secretário de Estado, talvez para o Sr. Secretário de Estado ir um bocadinho mais longe, se for possível, para depois debatermos... É porque, penso, o âmbito deste nosso Grupo de Trabalho é sobretudo também para isso, para levantarmos questões, levantarmos pistas e, depois, aprofundarmos no futuro.

E parece-me que o Sr. Secretário de Estado colocou na sua primeira intervenção, nem sequer foi agora na segunda, um aspeto que, acho, é fundamental, que é problema das faixas de gestão de combustível. E disse que teria de ser estudado o maior envolvimento dos bombeiros nesta matéria, porque conhecem o terreno como ninguém.

Eu gostava que o Sr. Secretário de Estado, que, com certeza, já refletiu sobre esta matéria, desse mais alguma pista nesta área, porque, de

facto, este é um dos problemas e, aliás, daqui a bocadinho, vamos ter o seu colega de Governo que tem a ver com as florestas...!

Este é um dos problemas estruturais, a tal prevenção estrutural que tem, depois, a ver com as espécies que são plantadas, como está organizada a floresta, etc., etc... De facto, este é um problema central e acho que seria muito importante se este Grupo de Trabalho conseguisse chegar mais longe nesta matéria.

Portanto, uma das minhas questões era a questão das faixas de gestão de combustível. Como é que nós vamos? Portanto, Sr. Secretário de Estado, gostava, se tiver mais alguma ideia, que aprofundássemos essa questão, porque acho que é um problema fundamental.

Depois, temos o problema, que também tem a ver com a prevenção, que se liga aqui às autarquias locais e na qual, de alguma maneira, o seu Ministério, nesta parte, tem responsabilidades.

Eu não faria assim uma ligação tão direta — estou a dizer com toda a sinceridade, posso estar enganada, estamos mesmo em debate livre... — entre todos estes problemas e as eleições autárquicas. Se, de alguma forma, percebo, tenho alguma dificuldade em assumir isso assim... como um facto porque, se assim for, também não deixa de ser preocupante.

Agora, quanto à questão dos processos de contraordenação, o Sr. Secretário de Estado disse «competências das autarquias, mas que parece que as autarquias não querem» e, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Maurício Marques, falou de passar estas competências (da fiscalização das contraordenações e tudo...) a outro tipo de entidades. Eu pergunto: a que tipo de entidades? Estamos a falar de quem? Estamos a falar da GNR, por exemplo? Estamos a falar da PSP?

Então, agora, tenho que lhe perguntar, Sr. Secretário de Estado: e a GNR vai garantir isso? A GNR já não consegue garantir a questão dos

crimes ambientais, por exemplo, já não consegue dar conta desse recado...!  
E não está aqui subjacente nenhuma crítica.

E retirar as câmaras disto não significa também desresponsabilizá-las? E não terá esse efeito negativo?

Neste aspeto, acho que deveríamos aprofundar mais o debate, até porque o Sr. Secretário de Estado falou mesmo de rever a legislação...

Peço desculpa por só estar a colocar questões e dúvidas, mas acho que é um pouco para isso esta audição.

E, depois, tem a ver com os planos locais: os municipais e os distritais. Eu acho que aqui é importante, de facto, fazermos um debate muito objetivo. Isto é: os planos servem ou não servem? É porque, se não servem e se não são acionados, para que é que eles existem? «Porque andamos de plano em plano, até à desorganização total»..., depois, no terreno e não pode ser!!

Aliás, eu perguntava-lhe — eventualmente o Sr. Secretário de Estado já não terá aí a resposta — o seguinte: a homologação dos planos é da responsabilidade do Ministério da Administração Interna, certo?

Que noção é que tem: os planos estão todos atualizados a nível nacional ou não estão? Por acaso, recentemente, até fiz uma pergunta sobre um plano de um local aqui bem perto e que não está atualizado. Mas, Sr. Secretário de Estado, tem a noção como é que estão os planos todos porque têm que ir ao Ministério da Administração Interna e portanto....

Ficava-me por aqui com mais estas questões de fundos, que me parece importante debater.

Obrigada, Sr. Vice-Presidente

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. João Ramos (PCP): — Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Srs. Deputados, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. Secretário de Estado.

Gostava de colocar-lhe algumas questões muito objetivas, que se prendem com matérias, com queixas, com dúvidas, com preocupações que fomos ouvindo, quer ao longo do período de incêndios quer agora, já no âmbito da primeira audição que fizemos. E a primeira o Sr. Secretário de Estado já a referiu e é a questão da comunicação e das políticas de comunicação. O Sr. Secretário de Estado mostrou alguma preocupação em relação a isso, nomeadamente quanto à intervenção e ao papel dos *media* no combate a incêndios, eventualmente atribuindo-lhe algum efeito promotor de ignições.

Nós entendemos que, paralelamente a esta questão, algumas declarações de alguns responsáveis políticos também poderão não ter ocorrido no momento certo... Por isso, tendo em conta que o Sr. Secretário de Estado manifestou aqui alguma preocupação, o que eu pergunto é se existe a ideia do Governo em rever algumas matérias relacionadas com a comunicação que se cruzam com as questões dos incêndios florestais.

Em segundo lugar, quanto às questões da legislação, tem vindo a ser colocado alguma ênfase nas questões do combate ao crime nestas matérias e nós entendemos que tudo o que são atos criminosos deve ser apurado e deve ter a atuação devida. O que aceitamos menos é que se foque muito nisso, esquecendo, muitas vezes, outras matérias. Este ano, foi colocada alguma ênfase nesta questão e na necessidade de alterar a legislação, mas se olharmos para o relatório da Comissão Eventual, que foi aprovado em 2008, o que ele já referia, na altura, era que «finalmente, estão criadas as condições legislativas e operacionais para podermos avançar nesta matéria». Dizia-se isso em 2008!... Agora, este ano, voltamos a falar na

necessidade de rever alguma legislação sobre esta matéria, o que não é compreensível.

A minha terceira questão tem a ver com os meios aéreos e a preocupação com a inoperacionalidade de alguns meios, nomeadamente dos *Kamov*. Essa mesma preocupação nos foi manifestada pelo Sr. Comandante Nacional, o que nós tivemos oportunidade de abordar quando estivemos na reunião que decorreu na Autoridade Nacional.

E o que aí nos foi referido foi que as incertezas sobre ao futuro da empresa de meios aéreos, não ajudaram na mobilização de meios e até na mobilização de recursos humanos para atuar nesta matéria.

Mas devo lembrar que esta matéria não é inteiramente nova. No referido relatório de 2008 da Comissão Eventual, a que eu já aludi, a declaração de voto do PCP referia isto, quanto aos meios aéreos: «Apesar do facto positivo que constitui a aquisição pelo Estado de meios próprios, como o PCP há muitos anos defendia, a sua gestão e operacionalização revelaram uma grande incompetência e incapacidade do Ministério que as tutela e da insuficiente atribuição de meios e recursos humanos». Por isso, já em 2008, eram apontadas aqui algumas dificuldades, que não são inteiramente novas. Este ano houve aqui alguma agudização. O Sr. Comandante Nacional tomou posição sobre esta matéria, que não é nova, mas, acima de tudo, era importante saber como é que...

O Sr. Coordenador: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. João Ramos (PCP): — Vou-me encaminhando para o fim, Sr. Vice-Presidente.

Outros problemas existiram, e observámos no território, com as condições de combate a incêndio. Descreveram-me, pessoalmente,

problemas como, por exemplo, no Caramulo, relativamente ao acesso aos pontos de água; às linhas da EDP (que passam por cima dos sítios onde os helicópteros deviam abastecer e, depois, andaram os autotanques serra abaixo e serra acima para tentar abastecer os pontos de água); ao corte das nascentes por causa da série de empresas privadas que estão a fornecer água e que, hoje em dia, foram limitando aquilo que eram nascentes que existiam na serra para promover o autoabastecimento... Isto tudo são questões que têm vindo a acontecer e que têm implicações no combate a incêndios.

E, mesmo para terminar, Sr. Coordenador, coloco a questão da importância do combate e da valorização das equipas que fazem o combate. Em primeiro lugar, a questão da formação e da instrução dos bombeiros. Foi-nos referido que Portugal tem ótimas condições de formação para os bombeiros, mas tem uma falha em termos de instrução. Há dificuldade na instrução, desde logo, porque, por exemplo, não há apoios para a manutenção e para os combustíveis fora do combate a incêndios, quando essa instrução podia ser feita, nomeadamente na prevenção estrutural.

Em segundo lugar, relativamente à matéria de seguros, os bombeiros voluntários têm seguros de acidentes pessoais e os bombeiros profissionais têm seguros de acidentes de trabalho, e aquilo que nos foi referido foi que, no tratamento de um «grande queimado» se esgotam os valores dos seguros nos primeiros 15 dias de tratamento. Sendo os bombeiros voluntários a grande massa de intervenção, eu pergunto se há intenção do Governo de intervir, ou não, nesta matéria — isto para além de já não falar nas questões, por exemplo, da reforma e nas recentes alterações legislativas em que os bombeiros só podem estar na atividade até aos 60 anos, mas só se reformam aos 66!... Como é que isto se compatibiliza? Há, de facto, uma

palavra de grande valorização do seu papel, mas depois há determinadas ações que não permitem demonstrá-la.

Como não tenho mais tempo, e tinha ainda muitas questões para colocar, como a questão dos equipamentos, dos denominados fatos *nomex*, a que os bombeiros fazem candidaturas, mas, depois, não há resposta dos fundos comunitários, e até a dos veículos de bombeiros, os VFCI (veículos florestais de combate a incêndios), uma vez que vi alguns parados nas corporações, porque precisavam da vistoria do POVT (Programa Operacional Temático Valorização do Território), que os financiou, e, enquanto essa vistoria não fosse feita, eles não podiam sair para a rua. Aliás, o Ministério, depois, deu autorização para eles saírem, mesmo sem a referida vistoria... O que é que tem de ser feito ou o que é que está a ser feito para alterar estas dificuldades?

Obrigado pela tolerância, Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr. Vice-Presidente e Sr. Secretário de Estado, muito rapidamente, peço imensa desculpa por me ter ausentado, mas tive que ir...

O Sr. Coordenador: — Foi apagar outro «fogo»...!

*Risos.*

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — ... presidir à Comissão de Educação, que também está com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Ciência, numa audição, ali, na própria Comissão.

Sr. Secretário de Estado, eu colocava-lhe duas ou três notas, muito rapidamente, que têm a ver não só com a exposição inicial que nos apresentou, mas também com algumas questões que, outro dia, no âmbito da reunião que tivemos na ANPC, foram colocadas.

Primeiro, acho que há aqui um conjunto de questões que nos «obrigam» a que sejam colocadas, porque o nosso trabalho não é propriamente fazermos uma Comissão de Inquérito à questão dos incêndios, mas é, sobretudo, produzir algo para a frente e verificamos, enfim, se encontramos pontos fracos e pontos que, eventualmente, não sendo fracos não estão suficientemente explorados... Portanto, a questão que, há bocadinho, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto lhe colocava, relativamente à possibilidade de a aplicação das coimas poder ser feita pela GNR, parece que essa alteração legislativa fará algum sentido, dado que, das informações que nos deram há dias, só apenas 5% dos autos levantados é que são finalizados, isto é, não é aplicada pena, são finalizados, ou seja, independentemente da pena, só 5% é que são finalizados!!

Ora isto, evidentemente, causa, como nos dizia o oficial da GNR, frustração na própria corporação, que anda a fazer o seu trabalho que, depois, não tem consequência e, portanto, não tem efeito dissuasor perante os agentes.

Essa é uma questão sobre que, acho, valeria a pena o Sr. Secretário de Estado dizer-nos alguma coisa.

Depois, há uma questão que também nos foi lá levantada, que tem a ver com a alteração ao estatuto do bombeiro, que é necessário ter em atenção e que é o facto de nos ter sido referido que, na alteração ao estatuto do bombeiro, parece haver ali uma questão com a alteração também na legislação no que diz respeito a aposentações, de não estar a ser tida em conta a majoração, em termos de serviço, daquilo que é a atividade do

bombeiro e que, depois, colide com uma situação muito concreta: o bombeiro tem de deixar de ser bombeiro aos 65 anos, mas só se pode reformar aos 67...

Está a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto aqui a corrigir-me e com razão: aos 60 anos e só se pode reformar depois aos 62 — e, no caso do comandante, tem que deixar aos 65 e só se pode reformar ao 67. Obrigado pela correção, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto.

Portanto, há aqui uma questão muito prática e que tem a ver com a legislação. Não tem diretamente a ver com fogos florestais, mas tem que ver com aquilo que é a motivação também para se ser bombeiro.

A outra questão tem também a ver com aspetos de seguro e com algumas dificuldades que parecem estar a existir — acho que valeria a pena também estarmos atentos a isto —, que é o facto de, no caso dos bombeiros, por exemplo, quando vão pedir um crédito para aquisição de habitação própria permanente, lhes ser dado um parecer negativo nesse empréstimo pelo facto de serem bombeiros. Portanto, se isto corresponde à verdade, convinha termos aqui em atenção.

Em termos legislativos, eu gostaria de saber se naquilo que está a ser feito no dispositivo e na cooperação entre as diferentes entidades deveria ou não haver aqui uma maior intervenção por parte dos bombeiros — e, quando digo dos bombeiros, digo-o em sentido lato —, nomeadamente na aprovação dos Planos de Ordenamento Territorial?

E ficava-me por aqui, Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador: — Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Não vou colocar questões porque, naturalmente, as questões foram colocadas pelos Grupos Parlamentares, mas vou usar a minha prerrogativa de relator apenas para, muito rapidamente, dizer ao Sr. Secretário de Estado que nós não estamos a fazer uma avaliação dos fogos florestais de 2013; estamos a tentar olhar para aquilo que foram os últimos oito anos desde que temos dispositivo e, naturalmente, o sentido que temos é a necessidade que existe de fazer melhorias nos sistemas, que temos no terreno, e não criar novos sistemas.

Portanto, não está aqui em causa qualquer sentido de instabilidade nos próprios dispositivos que existem, quer nos dispositivos legislativos, quer nos dispositivos operacionais.

De qualquer maneira, como disse, aproveitando as suas palavras — e devo dizer que a forma como se apresentou a esta audição pareceu-me a forma correta, que é dizer quais são as dificuldades que sente no seu trabalho, acho que isso é fundamental para nós para podermos dar um contributo no sentido de melhorar o nosso trabalho coletivo —, aqui a grande questão, que julgo que ficou levantada, é a necessidade ou não de termos um novo olhar para estas questões.

O Sr. Secretário de Estado levantou as questões relacionadas com a gestão de matos ou não, mas eu diria mesmo se nós não temos que olhar para as prioridades. Nós temos como prioridades muito claras a proteção de pessoas, bens e floresta, e a minha questão — e era isso que eu queria dizer — é se isso é sempre assim, isto é, se estamos sempre nas condições de ter isso como, digamos, o sentido geral da nossa intervenção.

Muitas vezes, a política tem um problema que é o de que a comunicação é complicada, e, portanto, há muitas coisas que se forem consensualizadas no âmbito de um grupo de trabalho são fáceis de passar, mas, se são ditas em momentos quentes por membros de Governo, são

difíceis de passar porque, naturalmente, parece que estão a tentar desvalorizar as questões...

Portanto, creio que o Grupo de Trabalho pode dar o contributo no sentido de poder encontrar a mensagem certa para ultrapassarmos alguns problemas de paradigma que temos. E esta questão, em que insistimos, dos matos e das prioridades, pode ser uma forma de encontrarmos aqui um consenso entre todos os partidos para termos uma nova visão para a questão do combate e da prevenção aos fogos florestais.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado e porque fui aqui também tomando umas notas, já agora, pedia-lhe que aprofundasse um ponto ou outro, que resultou, aliás, de intervenções suas.

O Sr. Secretário de Estado falou na necessidade de «novas ferramentas no combate ampliado». Eu gostaria de saber a que é que se referia concretamente.

Falou também — e é um tema que tem sido aqui suscitado — do problema do não acionamento dos planos municipais e distritais. Falou, a dada altura, num problema de seguros... Ora, eu gostaria de ter, digamos, uma indicação mais concreta do que é que leva, efetivamente, a esse não acionamento para vermos, designadamente em sede de eventuais alterações legislativas, se encontramos alguma resposta para isso e conseguirmos ultrapassar esses inconvenientes com as vantagens que o seu acionamento traria.

Dado que falou nuns planos — e isto é ignorância minha que não conheço esses programas de articulação com as Forças Armadas —, eu gostaria, também, que nos esclarecesse um pouco melhor, me desse uma indicação mais concreta sobre como é que isso se articula, se processa.

Deve estar associado, naturalmente, às zonas florestais, às instalações militares existentes associadamente a essas zonas, etc.

Eram, fundamentalmente, estas as questões com que eu complementava as intervenções dos Srs. Deputados.

Tem a palavra para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente e muito obrigado a todos os Srs. Deputados e às Sr.<sup>as</sup> Deputadas pelas perguntas que me fizeram.

Muito diretamente, queria dizer ao Sr. Deputado Miguel Freitas que agradeço esta sua observação, mas, de facto, eu não vim aqui com o objetivo de apresentar um balanço do dispositivo nem da época de incêndios, porque esse balanço foi já — conforme tive oportunidade de dizer no início da minha intervenção - apresentado pelos diferentes patamares, pelos diferentes pilares do dispositivo, pelos seus principais responsáveis do ponto de vista operacional — quer pelo ICNF, quer pela Guarda Nacional Republicana, quer pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Mas não tenho a mínima dúvida de que os balanços são essenciais para percebermos aquilo que é preciso fazer de maneira diferente e melhor, e acho que nesta área as melhorias que foram introduzidas resultaram sempre dessa avaliação permanente e desses balanços — e não é de hoje, mas foi ao longo dos últimos anos.

Queria também dizer-lhe que julgo que, de facto, como o Sr. Deputado também bem sabe, não haverá área mais sujeita a esses balanços e a essas avaliações permanentes de todos os seus dispositivos e das suas respostas do que a da Proteção Civil — e é bom que assim seja, com a máxima transparência possível, para que todos também possamos fazer

esse exercício, que o Sr. Deputado muito bem resumiu e que é esse «novo olhar» sobre as prioridades que assumimos, não só naquilo que diz respeito ao combate, naquilo que é a nossa resposta no combate perante a circunstância de termos 63% da área ardida que são matos e, portanto, saber como dizia a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto ««bom, é para arder», ou em que modos e de que forma é que encara esse «é para arder», por um lado, mas, por outro, para também nos obrigar a uma reflexão profunda sobre aquilo que é o outro pilar ao nível da prevenção estrutural para percebermos como estamos com este equilíbrio que temos.

Portanto, eu dizia-lhe que não tenho a mínima dúvida de que este fórum é o fórum ideal, perfeito, para isto e, mais, que não tenho a mínima dúvida de que estamos todos, independentemente das nossas diferentes ideias, das nossas diferentes perspetivas, dos nossos diferentes conhecimentos específicos sobre a matéria, que é uma matéria muito complicada e muito complexa, não tenho a mínima dúvida, dizia eu, de que todos partilhamos este objetivo de introduzir melhorias.

Aliás, tem sido esse o objetivo da nossa parte, no âmbito do Ministério da Administração Interna — mesmo quando solicitamos determinados relatórios independentes, o objetivo, como já foi referido, não é o de assacar responsabilidades a quem quer que seja, mas é o de procurar perceber o que se passou para introduzir melhorias e evitar que, por exemplo, tragédias como tivemos este ano não se voltem a repetir.

Portanto, queria apenas dizer-lhe isto, agradecendo as suas palavras.

Relativamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto, que abordou vários temas, de facto, eu falei nas faixas de gestão de combustível, aliás, utilizei a expressão «incrementar ações de prevenção florestal como, por exemplo, na manutenção das faixas de gestão de combustível». E basta dar só um exemplo: o incêndio do Algarve no ano passado... Como sabem, há uma

rede primária de faixas de gestão de combustível e há uma rede secundária; estava previsto, na zona do perímetro do incêndio de Tavira, no Algarve, no ano passado, que haveria faixas de gestão de combustível de cerca de 250 km<sup>2</sup> (era mais ou menos este o número). E a verdade é que se constatou que, desses 250 km<sup>2</sup>, estavam apenas feitos 54 km<sup>2</sup>, salvo erro, e que, dentro desses 54 km<sup>2</sup>, havia problemas ao nível da manutenção dessas faixas de gestão de combustível, pela largura..., enfim, por diferentes problemas que estavam identificados. E isso verifica-se um pouco por todo o País. É algo que nos deve preocupar, é algo que a nós, no combate, nos preocupa e sei que é algo que também traz preocupações ao Ministério da Agricultura.

Como sabe, a rede primária é uma responsabilidade do ICNF e aquilo que temos proposto em concreto — já não me lembro quem me perguntou isso, acho até que foi a Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, a certa altura, me perguntou o que é que sugeríamos para fazer face a isso —, quando eu falo num maior envolvimento dos bombeiros, nomeadamente em determinados setores (no tal cruzamento de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia falava), entre as diferentes áreas, estou a referir-me, nomeadamente, à questão das redes secundárias, onde, por exemplo — não excluindo apenas as redes secundárias, mas dando um exemplo —, os bombeiros poderiam ter aí um papel e uma intervenção interessante, desse ponto de vista...

É evidente que temos perfeita consciência de que os bombeiros não conseguiriam resolver o problema que outras forças não resolvem, mas não temos a mínima dúvida de que, conhecendo o terreno do ponto de vista do combate, essa intervenção seria importante e poderia, eventualmente... Não posso deixar de o dizer desta forma que vou usar, pois tenho procurado, ao longo destes dois anos e meio, encontrar novas formas de responder a muitos dos problemas, inclusivamente financeiros, que muitas

corporações de bombeiros têm, e ainda hoje têm... Portanto, não tenho a mínima dúvida de que essa intervenção poderia ser uma diversificação da atividade de muitos destes corpos de bombeiros, com um resultado muito útil do ponto de vista do terreno e, eventualmente, até um resultado financeiro que significasse que essa atividade por parte das corporações de bombeiros teria um retorno diferente daquilo que são os caminhos tradicionais dos bombeiros, hoje em dia, em Portugal, e que, como sabemos, assentam muito na área da Administração Interna ou na área da Saúde.

Portanto, essa seria uma forma de responder a muitos problemas que no terreno existem nos serviços prestados ao nível da prevenção estrutural, ou seja, envolvendo os bombeiros como uma força que existe, que está disponível e que, na maior parte dos casos, eu até diria que está disponível para isso, desde que seja possível reunir condições para essas atividades.

Portanto, o desafio é aquilo que temos procurado fazer, uma vez que temos a noção de que da parte do Ministério da Agricultura há sensibilidade para isso, é tentar encontrar esses novos caminhos que possam responder a estas dificuldades.

Não quis fazer qualquer ligação direta entre o período eleitoral das autárquicas com os resultados do ponto de vista da proteção civil, em termos de ocorrências. Aquilo que eu disse foi que, enquanto responsável pela Proteção Civil, uma das coisas que me tinham dito foi que, se é difícil, em anos normais, a resposta operacional por parte dos bombeiros, é mais difícil em anos em que há eleições autárquicas. Aliás, eu disse que por aquilo que me era referido isso se deve a diferentes fatores.

Portanto, eu não quis fazer qualquer ligação direta; quis apenas deixar também esse tema para reflexão. E até lhe posso dizer que isso me foi transmitido expressamente por anteriores responsáveis da área da

Proteção Civil de outros Governos que não do Governo atual, composto pelos partidos da atual coligação. Portanto, é algo que já era particularmente sentido.

Relativamente à questão das contraordenações, que vai um bocadinho na linha daquilo que o Sr. Deputado Abel Baptista disse, eu queria dizer-vos que a própria Guarda Nacional Republicana, no momento em que foi feita a apresentação do balanço, disse expressamente que, se assim fosse determinado, se houvesse essa alteração, teria condições para responder a essa alteração, sendo certo, como é evidente, que o Governo não irá propor qualquer iniciativa legislativa, estando a decorrer os trabalhos deste Grupo de Trabalho aqui, na Assembleia da República.

Portanto, eu queria responder isto, sendo certo que também não houve nenhuma ideia — e deixe-me dizer-lhe também isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto — de qualquer desresponsabilização das câmaras municipais.

Tenho a perfeita noção, e hoje mais do que nunca, que as câmaras municipais têm um papel absolutamente decisivo nesta área. Aliás, isso é confirmado... Como calculará, no âmbito destas funções, tenho andado um pouco por todo o País, sobretudo aos fins-de-semana, junto das corporações de bombeiros um pouco por todo o território nacional e onde se constata um maior envolvimento e uma maior proximidade por parte dos autarcas, dos presidentes de câmara junto das suas corporações de bombeiros é precisamente onde se sente que há menos dificuldades — não estou a dizer que não haja dificuldades! — sentidas por essas mesmas corporações de bombeiros.

Portanto, eu diria que não, que o objetivo não é desresponsabilizar as autarquias! O objetivo é envolver as autarquias, fazer com que as autarquias sejam, como são, um elemento absolutamente essencial e um

agente de proteção civil — como, aliás, são os presidentes das câmaras municipais, que são um agente incontornável, são responsáveis!

Portanto, não há aqui nenhuma tentativa de desresponsabilização, há uma tentativa de os envolver, mas temos de olhar para o problema e perceber se queremos manter as coisas como estão ou não queremos. E, se mantivermos como estão, o que é que poderemos fazer para alterar este grau de eficácia que se traduz no facto de, chegados ao fim do processo — e também como dizia o Sr. Deputado Abel Baptista —, a percentagem de contraordenações ser apenas de cerca de 5% do total de casos, conforme nos foi transmitido na Autoridade Nacional de Proteção Civil? É porque, de facto, esses não são indicadores que satisfaçam nenhum de nós e, portanto, temos de rever.

Comecei por dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que esta legislação, do ponto de vista técnico, do ponto de vista jurídico, do meu ponto de vista, não coloca dificuldades. É uma legislação que eu até — deixem-me que vos diga — acho que está bem feita: colocou o problema na ordem do dia e procurou resolvê-lo, mas a verdade é que a solução que adotou, por diversas vicissitudes que não têm que ver com o papel legislativo ou até jurídico das soluções que apresentava, não teve os resultados que se pretendia que tivesse e, portanto, isso tem de ser revisto e repensado e é esse também o trabalho que todos faremos, seguramente, em conjunto.

O Sr. Deputado João Ramos falou em estratégia política de comunicação.

Ó Sr. Deputado, eu não tenho qualquer estratégia política de comunicação ou de alteração de qualquer estratégia de comunicação quanto aos incêndios florestais. Deixe-me dizer-lhe que a área da Proteção Civil, nesse aspeto, é das áreas mais transparentes que temos em toda a Administração Pública, com uma identificação diária do número de

ocorrências, dos problemas, de total abertura e transparência, que vinha de trás e que nós mantivemos e que não há razões para alterar. Portanto, deixe-me dizer-lhe que não tenho qualquer iniciativa pensada para rever a legislação quanto a isso.

A única coisa que me limitei também a dizer, e que julgo que é um dado novo — foi isso que eu disse —, objetivo, que eu particularmente senti neste verão e que não tinha sentido nos verões anteriores, é que nós temos órgãos de comunicação social no terreno, a acompanhar os bombeiros em determinado tipo de operações com captação de imagens e sua distribuição, imagens que, por vezes, são demasiado chocantes e que nos levam a ponderar se essas imagens deveriam ou não ser transmitidas dessa forma...

A única coisa que lhe posso dizer é que não tenho qualquer intenção de censura, bem pelo contrário! Limitei-me, apenas, a identificar, já no início da minha segunda intervenção, esquecendo-me de o referir na primeira, que, do meu ponto de vista, este é um dado novo e é um dado novo objetivo que acabou por dar uma visibilidade a determinado tipo de ocorrências que, em outros anos, não tivemos, apesar da exigência de muitas destas ocorrências. E chegaram-nos imagens completamente diferentes daquelas que apareceram no passado, apesar de, no passado, também termos tido acidentes graves e com feridos graves.

Portanto, do meu ponto de vista, há aqui um dado novo — e não estou a dizer que há qualquer estratégia comunicacional diferente ou que se pretende censurar o que quer que seja — bem pelo contrário! —, até porque não faz parte do meu estilo, deixe-me dizer-lhe... É um dado novo, objetivo, que eu senti e que, porventura, quem esteve mais distraído não o sentiu, mas eu, todos os dias, senti que esse era um dado novo, até porque, para além da preocupação com os incêndios, com a segurança das equipas,

houve também, em determinados momentos, a preocupação com a própria segurança de muitos desses jornalistas que acompanhavam as equipas no terreno. Inclusivamente, no Caramulo, um dos jornalistas correu seriíssimos riscos de vida, o que, como diz a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Pinto, faz parte da profissão e do ofício, mas é um dado objetivo que existiu.

Depois, o Sr. Deputado referiu, a certa altura, do ponto de vista da legislação, o foco... Confesso que não percebi muito bem a observação... Não sei se falava naquilo que diz respeito à parte criminal ou naquilo que diz respeito à parte contraordenacional, no referente à limpeza dos matos... Julgo que estamos todos de acordo quanto a isto: do ponto de vista da componente ordenacional, será preciso rever o enquadramento legal que temos.

Na minha opinião, se quer que lhe diga, do ponto de vista criminal já foi feito um conjunto de alterações e, portanto, quando se fala em molduras penais não se trata, objetivamente, uma vez mais — deixe-me dizer-lhe que esta é a minha opinião pessoal! —, de subir ou baixar a moldura penal; trata-se simplesmente, como acontece em muitas áreas da nossa justiça, de que o atual enquadramento possa ter um resultado prático visível.

É porque, de facto, é muito difícil para as forças que estão no terreno, como aconteceu este ano, ver que, sendo detida uma determinada pessoa no âmbito das atividades das equipas de vigilância, seja pela Guarda Nacional Republicana seja pela Polícia Judiciária, uma pessoa que está identificada como tendo sido, porventura, a origem de três incêndios florestais, praticados numa zona específica de fogos...

Para terem uma ideia, no Sátão, zona de Viseu, entre a meia-noite e as duas da manhã, tivemos oito focos de incêndio ao longo de uma estrada... Portanto, é algo que existe e que, por muito que procuremos responder, continuará a existir. Assim sendo, deixe-me dizer-lhe, não acho

que se trate de uma alteração do enquadramento legal, trata-se é de uma questão de aplicação do enquadramento legal, que hoje já temos no âmbito criminal e que teve uma alteração, salvo erro, no final do ano de 2011, por força da transposição de diretivas comunitárias e que, inclusivamente, foi objeto de aprovação de um diploma por este Parlamento. Isto só para clarificar esta questão.

Sobre meios aéreos, Sr. Deputado, constatou-se, de facto, que este ano houve mais inoperacionalidade dos meios aéreos pesados, portanto, dos *Kamov*, do que aquilo a que estávamos habituados em anos anteriores. Isso é um facto público, que também foi dado a conhecer. Mas, deixe-me dizer-lhe, isso nada tem a ver com a questão da incerteza da empresa de meios aéreos, tem a ver com um conjunto de operações de manutenção, que foram realizadas em plena Fase Charlie, enquanto, porventura, com alguma boa vontade da entidade privada, poderiam ter sido realizadas fora desse período. Isso não sucedeu por força das circunstâncias que todos, julgo, conhecem.

Quanto à questão da empresa de meios aéreos, queria dizer-lhe que o Conselho de Ministros já aprovou o diploma que procede à extinção da empresa de meios aéreos, prevendo um prazo de liquidação de 120 dias, prazo esse que é absolutamente necessário para que não só se possa fazer uma auditoria completa à própria empresa de meios aéreos como se possa ajudar a Autoridade Nacional de Proteção Civil, como dizia também a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto, a absorver um conjunto de novas competências que assumirá e que já assume no enquadramento da sua nova lei orgânica.

Também nesta matéria e noutras de que falou, disse que a Proteção Civil, hoje, tinha um enquadramento diferente do mero combate a incêndios florestais. Na lógica da resposta, é verdade, tem um conjunto de

competências muito diversificadas e eu estou a dar apenas um exemplo dessa alteração do ponto de vista da gestão dos meios aéreos.

Simultaneamente, será também lançado — e aproveito já para o esclarecer para que também não tenha dúvidas também quanto a esta matéria — um novo procedimento concursal para os *Kamov*, mantendo o Governo a intenção de colocar a operação de manutenção dos *Kamov* numa entidade privada, devidamente controlada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, e que a intenção dos membros do Governo e do Ministério da Administração Interna é de manter exatamente os mesmos requisitos que existiram e que estiveram presentes no concurso anterior, nomeadamente quanto aos trabalhadores, por forma a procurar salvaguardar a cedência da posição contratual dos contratos de trabalho destes trabalhadores na transição para a entidade privada, tal como sucedeu no concurso anterior e como calculo que também seja do conhecimento do Sr. Deputado.

Portanto, quanto a esta matéria, é o que lhe posso adiantar e é também o «estado da arte», no dia de hoje.

Quanto à questão que referiu da valorização das equipas de combate — matéria de que, aliás, vários Srs. Deputados falaram —, deixe-me dizer-lhe que, exatamente por termos noção de que a formação e a instrução são absolutamente decisivas, procurámos e estamos a procurar, dentro daquilo que é a intervenção que a Autoridade Nacional de Proteção Civil pode ter no âmbito da Escola Nacional de Bombeiros, que a formação de bombeiros, em Portugal, tenha aqui uma nova fase.

Como o Sr. Deputado também saberá, a maior parte das formações eram dadas ou ali, em Sintra, na Quinta do Anjinho ou em algumas (poucas) unidades locais de formação que existem pelo País. E aquilo que temos procurado fazer é encontrar um novo caminho de descentralização

destas formações, fazendo com que sejam os formadores e as formações a ir ter com os bombeiros e não o contrário, como acontecia na maior parte das vezes. Posso, aliás, acrescentar que, quando estive agora em Castelo Branco, no dia em que os Srs. Deputados foram à Autoridade Nacional de Proteção Civil, aquilo que ali se passou foi, exatamente, isso mesmo: uma formação intensiva de diferentes corpos de bombeiros da Zona Centro, no âmbito da condução defensiva.

Como sabemos, uma das causas de acidentes tem a ver com a condução de viaturas que não são propriamente viaturas ligeiras, mas são viaturas de grande porte e que obrigam a uma condução específica. E esse é um exemplo prático daquilo que se está a fazer, na linha de uma nova filosofia para a própria Escola Nacional de Bombeiros, embora seja um caminho permanente que também obrigará a um grande esforço por parte de todos.

A propósito da matéria dos seguros, que, também aqui, o Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva e o Sr. Deputado João Ramos igualmente referiram, queria dizer-vos que, de facto, nós estávamos já a preparar um conjunto de alterações legislativas que suspendemos por força dos trabalhos que também estão a ser realizados, quer em matéria de seguros quer em matéria de agilização das pensões de sangue.

Como têm conhecimento, a atribuição das pensões de sangue está sujeita a um procedimento administrativo que passa por um conjunto de pareceres e com a intervenção de diferentes Ministérios, culminando no Ministério das Finanças, e nós pretendemos simplificar todo este procedimento.

Sem prejuízo disso, percebemos que, quer a resolução de muitos destes processos ao nível das companhias seguradoras, quer o tempo que, normalmente, era necessário para chegar a um ponto final (até à atribuição

da pensão de sangue) era demasiado na perspectiva das famílias dos bombeiros e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da Administração e que, por muito ágil que fosse, não era possível acelerar muito mais esses passos, do ponto de vista do próprio procedimento. Por isso, aquilo que nós queríamos e queremos fazer é tentar simplificar esse procedimento, sem prejuízo de um procedimento, que adotámos já em conjunto com a própria Liga dos Bombeiros — que, como sabem, gere o Fundo de Proteção Social dos Bombeiros — e que foi, sem prejuízo dessas decisões, quer ao nível das companhias de seguros, quer ao nível da própria atribuição da pensão de sangue, chegar-se a um entendimento com a Liga dos Bombeiros no sentido de se conseguir antecipar parte dessas compensações e dessas atribuições financeiras às famílias dos bombeiros.

Isso foi feito numa articulação entre o Ministério da Administração Interna e a Liga dos Bombeiros, que, repito, gere esse Fundo de Proteção Social. E foi feito no caso dos bombeiros falecidos neste ano, mas que, no entanto, nos suscita a questão de conseguirmos simplificar, ainda mais, estes procedimentos, porque, como é evidente, cada dia que passa é um dia de profundo drama para as famílias, sendo que esta matéria acentua ainda mais o drama que elas já estão a viver. Portanto, o nosso papel é o de tentarmos agilizar estes procedimentos e tentarmos que eles sejam o mais céleres possível. É isso que procuraremos fazer.

O Sr. Deputado fez um conjunto de considerações sobre dificuldades que viu no terreno, e, de facto, há muitas dessas dificuldades... Assim é e tem razão naquilo quem diz...

Quanto à questão dos equipamentos de proteção individual, o Ministério da Administração Interna, embora não tenha uma competência direta na gestão destes programas comunitários — como também calculo que o Sr. Deputado saiba —, tem feito e promovido um conjunto de

reuniões, quer com os gestores desses programas, quer com a nossa própria estrutura de missão dentro do Ministério da Administração Interna, a Direção Geral da Administração Interna, com a equipa que vai acompanhando todos estes programas no sentido de agilizar, simplificar e tentar resolver muitos destes problemas.

Foi detetado um problema com as candidaturas que já foi conversado com a própria Liga dos Bombeiros e que levou, inclusivamente, a que o Ministério indicasse um interlocutor específico junto da Liga dos Bombeiros para ajudar a resolver muitos destes problemas destas candidaturas, que eram apresentadas nas diferentes modalidades, Sr. Deputado...

O Sr. Deputado falou de equipamentos de proteção individual, mas podemos falar de equipamentos de proteção individual, de viaturas, como também referiu, mas ainda de quartéis, de remodelações, de obras de melhoramento, etc. Há todo um conjunto de dificuldades que, na maior parte dos casos, tem um problema já identificado e que tem a ver com a diversidade como os processos são instruídos na origem. E, de facto, o objetivo foi procurar ajudar as próprias corporações de bombeiros para que os processos pudessem vir instruídos já sem muitos dos problemas que, depois, o POVT ou seja quem for, mais tarde, vem a identificar e que leva a que o processo fique quase num «território de ninguém», à espera que haja alterações.

Esses procedimentos estão agilizados, da nossa parte já há um interlocutor direto com a própria Liga dos Bombeiros para isso, portanto, temos de continuar a resolver muitos destes problemas.

No caso concreto dos equipamentos de proteção individual, calculo que o Sr. Deputado se refira à questão do lançamento de concursos que fizemos dos 5 milhões de euros de equipamentos de proteção individual, na

maior parte dos casos, feito através das comunidades intermunicipais, que, na maioria dos casos, chegou às adjudicações e à sua conclusão, mas em três ou quatro casos não chegou exatamente, porque houve alterações produzidas ao nível das comunidades intermunicipais, algumas das quais existiam no quadro da organização administrativa anterior e foram incorporadas noutras. Portanto, aquilo que se procurou fazer e em que se está a trabalhar é procurar o aproveitamento, evidentemente, desses fundos para que não se percam essas verbas para aquelas corporações de bombeiros especificamente.

Queria ainda dizer-lhe que, para 2014, está previsto também o lançamento de um novo concurso de equipamentos de proteção individual no valor de 4 milhões de euros, sobre cujo modelo que vamos lançar ainda estamos a ponderar. Mas para, eventualmente, não sofrermos os problemas que houve, neste momento está-se a ponderar seriamente fazer isso através de um outro modelo, provavelmente através até do envolvimento da própria Liga dos Bombeiros Portugueses, que já teve experiência bastante vasta nesta matéria, ao longo dos últimos anos.

O Sr. Deputado Abel Baptista falou nas contraordenações, a que, julgo, já me referi e tocou também na questão da reforma e das aposentações, que é um ponto para o qual estamos também particularmente sensíveis e para o que, julgo, deveremos encontrar também uma solução a curto prazo e era bom que assim fosse. Também era bom que pudéssemos ter, nessa matéria, um amplo consenso partidário para ajudar a resolver uma questão que me parece que é de inteira justiça.

Tenho tido conversas com os diferentes interlocutores das associações representativas do sector dos bombeiros sobre esta e outras matérias, mas, em particular, sobre esta. Ainda no âmbito do processo orçamental, procurámos junto dos Grupos Parlamentares colocar a questão,

mas já não foi possível, porque já foi tarde... De qualquer maneira, temos de resolver essa matéria e estou certo de que estaremos todos sensibilizados para esse assunto.

Quanto à questão, que referiu, dos pareceres negativos que eram concedidos, segundo creio, por entidades e instituições bancárias, em pedidos de empréstimos de crédito à habitação por parte de bombeiros, confesso que não tenho conhecimento direto, formal, de nenhuma dessas situações. Foi-me referido, numa das primeiras reuniões que tive sobre o sector, que haveria casos desses, mas nunca me chegou ao conhecimento direto nenhum desses casos. Mas deixe-me dizer-lhe que a suceder acho que isso é absolutamente inaceitável! Portanto, se se confirmar a existência dessas situações, deveremos também ponderar, nesta sede, que medida legislativa ou outra deveremos adotar para resolver estas questões, porque, de facto, isso é absolutamente inaceitável!

Do ponto de vista dos seguros — respondendo ainda aqui ao Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva, como sabem a alteração que houve, do ponto de vista dos seguros multirriscos —, antigamente havia seguros específicos contra incêndios e esses seguros foram incorporados nos seguros multirriscos e a verdade é que, ao incorporar aquilo que também é um combate a um incêndio urbano ou qualquer outra missão que, na área da proteção civil dos bombeiros, tenha a ver com determinados seguros que são contratualizados, não me parece totalmente justo, se assim se pode dizer, que os bombeiros não tenham direito a uma comparticipação, mesmo que seja pequena, tal como existia nos antigos seguros contra incêndios, que eram contratualizados.

Portanto, nessa matéria, nós próprios também estamos a desenvolver trabalhos em conjunto com a Liga dos Bombeiros, naturalmente com o envolvimento de outras entidades e não avançámos ainda porque esta

matéria se insere num pacote legislativo, que também já referi aqui, que estava a ser trabalhado ao nível da Direção Nacional de Bombeiros e ao nível do Conselho Nacional de Bombeiros, onde têm representação as principais associações representativas do sector. Isto é só para dar esta nota de que, de facto, nós também estamos já sensibilizados sobre esta matéria que parece bastante relevante.

Não sei se respondi a tudo, mas, para terminar, dado que o Sr. Vice-Presidente Guilherme Silva falou, e bem, na matéria do ataque ampliado, eu queria dizer-lhe, a si e, através de si, a todos os Srs. Deputados, que se, de facto, nós conseguimos produzir, ao longo dos últimos anos, avanços muito significativos em termos do ataque inicial, avanços que são reconhecidos por todos — portanto, a doutrina do ataque inicial não é posta em causa por ninguém, pelo menos que seja do meu conhecimento —, a verdade é que, ao nível do ataque ampliado, temos de procurar, sempre com aquele espírito de introduzir melhorias, obter melhores resultados do que aqueles que temos e não porque os resultados sejam maus ou negativos, mas devemos procurar estas melhorias.

Foi exatamente com esse objetivo que constituímos, pela primeira vez, os Grupos de Ataque Ampliado, os chamados GRUATA, que — embora tenham suscitado alguma incompreensão em determinados sectores — deram contributos muito importantes do ponto de vista da resposta que tivemos em muitos momentos, neste verão.

Portanto, sem querer entrar na lógica do balanço, como dizia o Sr. Deputado Miguel Freitas, a verdade é que é preciso perceber que estas equipas estiveram, algumas delas, 18 dias fora de casa a combater incêndios espalhadas um pouco por todo o País — aliás, mais de 18 dias deslocados, fora de casa.

Portanto, é um novo instrumento, foi algo que foi uma novidade para este dispositivo de 2013, que, acho, deve ser aprofundado e, eventualmente, alargado, se possível, dependendo, necessariamente, da capacidade orçamental que poderemos ter. Neste momento, ainda não estou em condições de dizer se poderemos alargar ou não, mas é um caminho que deve ser seguido.

Ao nível do ataque ampliado, o País também tem de pensar bem o que é que quer ter, do ponto de vista da resposta, em termos de meios aéreos, no futuro. E, aí, queria dar-vos conta de que a velha questão de nos perguntarmos, a nós próprios, por que razão é que a maior parte dos países europeus tem aviões pesados *Canadair* de resposta à maior parte dos incêndios florestais e, sempre que nós temos um verão mais pesado, nos vemos todos na circunstância de pedir ajuda ao abrigo destes acordos bilaterais e deste mecanismo europeu de proteção civil, e de termos, como tivemos e nunca tínhamos tido, oito aviões *Canadair* em Portugal, devemos levar a todos a ponderar se, no futuro, deveríamos ou não ter esta capacidade operacional no País.

E aquilo que posso aqui dizer é que estamos a trabalhar intensamente nessa matéria, porque, de facto, essa é uma matéria que está identificada. Bem sabemos as condições orçamentais e as circunstâncias económicas que atravessamos, bem sabemos que não estamos, obviamente, em época de ir às compras, mas essa é uma matéria que tem de ser ponderada, sobretudo verificando se é ou não possível o aproveitamento de determinados fundos comunitários para este efeito, por forma a fazer com que a capacidade, do ponto de vista do ataque ampliado — e estamos a falar de ataque ampliado «musculado», como dizia a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Oneto, através de meios aéreos —, conheça, também em Portugal, uma nova fase ou não.

Isso depende de muitas circunstâncias, desde logo orçamentais, mas esse é um momento, que também deve ser ponderado nesta sede, em termos da resposta que temos, do ponto de vista dos meios aéreos em Portugal. E é preciso revisitar tudo aquilo que foi o processo de aquisição dos meios aéreos próprios que temos, é preciso revisitar essas opções... Aliás, não cometo qualquer inconfidência se vos disser que uma das primeiras notas que me foram transmitidas pelos responsáveis dos meios aéreos no Ministério da Administração Interna foi a de que os meios aéreos que tínhamos na Proteção Civil eram um bocadinho como a «teoria do pato»: o pato é aquele animal que faz tudo — voa, anda, nada, mas que acaba por fazer tudo de forma não totalmente satisfatória.

Aquilo que vos posso dizer é que os *Kamov* são, de facto, helicópteros que, do ponto do combate a incêndios florestais, são bons, que deram provas, mas têm todo um conjunto de dificuldades que estão associadas à certificação que foi exigida, às missões que lhes foram atribuídas logo à partida e, portanto, pensou-se nestes helicópteros para fazerem todo um conjunto de missões, sendo certo que, na prática, eles, de facto, não estão totalmente ajustados para fazer todo o tipo de missões que estão previstas e que lhes estão expressamente atribuídas. Portanto, este é mais um pequeno dado para reflexão de todos, reflexão essa que temos feito e que, como é evidente, é decisiva para o futuro, nomeadamente em matéria de ataque ampliado.

Queria terminar agradecendo todas as intervenções, que foram feitas pelos Srs. Deputados, e dizer que é um gosto vir à Assembleia e que estou totalmente disponível para cá regressar sempre que os Srs. Deputados entendam que é conveniente, seja para responder às perguntas que queiram colocar, na medida do possível, seja para partilhar algumas das reflexões

que eu próprio tenho feito por acompanhar, tão proximamente, esta matéria, ao longo dos últimos tempos.

O Sr. Coordenador: — Sr. Secretário de Estado, muito obrigado.

Foi muito útil a sua vinda bem como as informações e elementos que nos forneceu. Agradeço a sua disponibilidade e se, porventura, precisarmos voltaremos a contactá-lo. De qualquer forma, registamos a sua disponibilidade.

Está encerrada a reunião.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*